



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/08/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 13ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade. Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal.

Esta é uma audiência temática.

– Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Carlos Mesquita.

O SR. CARLOS MESQUITA – Srs. Vereadores, boa noite. Senhoras e Senhores convidados, Secretário, estou aqui porque moro na Ponte Pequena e faz 27 anos que o povo da Ponte Pequena sofre com a passarela da estação Armênia.

A passarela da estação Armênia é um engodo. Por quê? Porque foi construída indevidamente, no Governo de Jânio Quadros. Ela tem tudo de ruim que vocês possam pensar e está bem longe do Metrô. Ela tem 0,1% de uso.

Vou deixar um mapa para que os senhores possam ver e tenho um ofício do Sr. Gerson de Andrade Silva, assessor técnico chefe, assessoria parlamentar. Este ofício está falando que a passarela não seria construída onde hoje ela existe, e sim, no local onde a coletividade pediu na Rua Francisco Borges.

Pediria para não alongar e que as pessoas que fossem verificar estes documentos ligassem para mim para eu poder dar mais detalhes. Aqui tem um bilhete do Drummond dizendo que a passarela seria transferida.

Agradeço aos senhores. Não sei quem vai realmente decidir. Dou parabéns a esta coletividade que está aqui pleiteando para o benefício de todos.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nós que agradecemos. A sua reivindicação será encaminhada à Prefeitura de São Paulo.

Tem a palavra a Sra. Isabel Marina.

A SRA. ISABEL MARINA FAY AFFONSO – Boa noite a todos. Meu nome é Isabel Marina Fay Affonso e represento a Associação dos Amigos do Jardim Vitória Régia, entidade que fica na Subprefeitura do Campo Limpo e tem mais de 23 anos.

Estamos aqui para defender a expansão do Parque Paraisópolis. O parque tem 66 mil metros quadrados e na planta do zoneamento só consta uma área de seis mil. Os outros sessenta mil não estão na planta do zoneamento. Queríamos que esta planta fosse corrigida.

Não consta também a Avenida Hebe Camargo, que já está implantada há vários anos. Para quem não conhece a região, o Parque Paraisópolis é uma joia, ele tem nascente, tem córrego e tem resquício de Mata Atlântica. São 66 mil metros quadrados de APP. Os seis mil metros quadrados que não são APP, pelo projeto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, serão implantados poucos equipamentos para a comunidade.

Anexos ao parque existem dois terrenos desocupados: um público, com cinco mil metros quadrados; e outro, particular, com 27 mil metros quadrados. Esses terrenos são únicos para a ampliação do parque. Isso não pode ser feito em outra área.

Por isso estamos pleiteando que esses dois terrenos sejam incorporados ao parque em uma expansão para poder propiciar à população do entorno, que tem mais de 100 mil habitantes, e cidadãos de outras áreas da Cidade, pois a estação do Metrô Paraisópolis será junto a essa área, área de Lazer e Cultura que passa a ser realmente usada pela população.

Não queremos um parque contemplativo. Queremos um parque de uso. Entendemos que atendendo a esse anseio da população estaremos ajudando também a

preservação da APP, evitando sua degradação por falta de opções.

Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pela colaboração.

Tem a palavra a Sra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA – Boa noite a todos. Represento a Frente de Trabalhadores e entidades do Butantã e a ONG Presença América Latina.

A nossa solicitação é específica sobre o Parque Linear do Caxingui. A primeira reivindicação é que toda essa área seja grafada como ZEPAM, inclusive as ZEIS 5. Por quê? Existem vários pedaços desse terreno que uns são ZEPAM, outro é área pública, outra já foi desapropriada e agora apareceu essa ZEIS e tem desapropriação do Metrô.

Então, ela não tem uma uniformidade de classificação. Existem distorções inclusive do perímetro de cada uma das áreas que eles estão colocando e grafada, como ZEPAM, ZEIS etc. Por isso solicitamos uma uniformidade e seja tudo grafado como ZEPAM.

Solicitamos também a ampliação do Parque Linear do Caxingui em, pelo menos, 30 metros porque este parque começa na Praça Eva e desce até a Avenida Francisco Morato, então, ele alarga, estreita, alarga, estreita. Ele tem terrenos públicos, terrenos privados, então, para se dar uma uniformidade no Parque Linear era interessante não só grafar como ZEPAM, mas também expandir para que se possa trabalhar nessa área.

A nossa solicitação levou em consideração que a dimensão ambiental é fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada. Levamos também em consideração a necessidade de se proteger as áreas de preservação permanente, as unidades de conservação, as áreas de proteção dos mananciais e a biodiversidade.

Toda a nossa solicitação está no ofício que entregamos na secretaria, amplamente documentado, com certidões de cartório, com mapas e informações relevantes para que esta Comissão, ao analisar o nosso pedido, tenha o máximo de informação possível.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Nina.

A SRA. NINA – Boa noite.

Estou pelo grupo de trabalho de meio ambiente da Rede Nossa São Paulo e também pela Aliança Resíduo Zero Brasil.

Estamos trazendo a importância para garantir que o zoneamento permita, em todos os 96 distritos, espaços para a implantação de coleta seletiva. Além das centrais de triagem, que devem ser consolidadas e expandidas para as cooperativas de catadores, também garantia de área para os ecopontos, para reciclagem de resíduos da construção civil e compostagem no geral e também com possibilidade de biodigestão. Inclusive, temos o projeto Composta e Cultiva para que também possamos ter áreas para hortas.

Também gostaríamos que fosse posto em prática o Manifesto pelo Direito à Cidade, à Água, Áreas Verdes, Moradia e Qualidade de Vida para Todos, que subscrevemos e que será protocolado e lido pelo Mauro.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. César, da Rede de Água e SOS Mata Atlântica.

O SR. CÉSAR – Boa noite.

Primeiramente, gostaria de fazer um pedido à Mesa. Se tivermos mais de sessenta inscritos para falar e o tempo não der conta, seria importante que, se a Câmara tem vontade de ouvir mesmo, que façamos mais audiências públicas devido ao interesse de discutir o tema das áreas verdes da Cidade. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A Câmara podia marcar cinco e oito e por em discussão. Nós marcamos 46. Se necessário for, faremos até sessenta, setenta... O que precisar.

O SR. CÉSAR – Então, que já fique registrado perante o público que a gente, enquanto sociedade civil...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Você está convidado para quinta-feira, sábado e domingo. São três audiências para você falar também.

O SR. CÉSAR – Não sou só eu. É que tem muitas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pode todo mundo falar que vai ter espaço.

O SR. CÉSAR – Pois não. Está anotado. Área verde tem uma função social que é pouco discutida e pouco levada em conta em muito dos projetos políticos. Quando olhamos para as áreas verdes que prestam seus serviços ambientais como a limpeza do ar, a manutenção dos rios em plena estiagem que estamos vivendo, o controle das enchentes entre tantas outras, como áreas culturais e de convívio. De fato, temos de olhar essas áreas pelo seu interesse social, portanto, ZEPAM, ZPDS e ZEP não têm de estar só na periferia, tem de estar mais presente no Centro.

Fizemos um exercício do Plano Municipal de Mata Atlântica para delimitar várias áreas a serem levadas em conta pelo zoneamento da Cidade. Portanto, esse é instrumento também que deve ser observado e gravar áreas novas na Cidade – não só áreas que tem remanescentes de Mata Atlântica, mas áreas passíveis de recuperação.

Há muitas áreas degradadas que ficam para especulação e poderiam ser áreas recuperadas, virando parques, locais de nascente, convívio, cultura.

Temos uma carência muito grande não só de áreas verdes, mas também de equipamentos públicos. Portanto, tem uma questão importante que pode haver uma revisão do artigo 44 e 45, do PL 272, buscando um aumento dessas áreas verdes municipais.

Tem outro instrumento que prevê a averbação prévia das áreas verdes quando temos interferências no parcelamento, na macrozona de recuperação ambiental. Então, também temos de garantir essas áreas verdes antes de ter o parcelamento do solo.

Outra questão é que temos muitos parques na Cidade que estão se perdendo ou

por DUPs que estão caducando ou por outros interesses. Então, que esses parques saiam do papel.

Então, faço esse pedido à Câmara já que estamos aqui. Temos reivindicação de muitos parques e que eles sejam implantados e que tenhamos de fato mais áreas verdes na Cidade. Precisamos uma Cidade mais respirável, com mais água e mais umidade e mais convívio.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Próximo orador, Marco Aurélio Ferreira Lisboa, da Associação dos Clubes Esportivos e Socioculturais de São Paulo. (Pausa).

Próximo, Sr. Antonio Moreno.

O SR. ANTÔNIO MORENO – Eu sou Antonio Moreno e estou falando em nome da ACESC. O Marco Aurélio...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Está bem. Obrigado.

O SR. ANTÔNIO MORENO – Eu que agradeço.

Srs. Vereadores, senhoras e senhores, a ACESC é a Associação dos Clubes Esportivos e Socioculturais de São Paulo.

Desde 1970, os clubes foram enquadrados como áreas de preservação e de contribuição do meio ambiente para a Cidade. Os clubes, hoje, para se ter noção, tanto na área central como na periferia, envolve um milhão de associados diretos e contando quatro pessoas por família são quatro milhões de sócios e pessoas que frequentam clubes.

Desse total, de toda a área verde de praças públicas de São Paulo, os clubes contribuem com 20% do total das áreas. Os clubes de campo também têm uma participação muito grande nessas áreas todas, principalmente, a beira de represas e outros locais.

Com a evolução e as exigências legais, temos de ter o cuidado da preservação do meio ambiente. Para isso, temos de fazer o tratamento do lixo, a coleta, separação, os

resíduos, reaproveitamento da água, tratamento de esgoto, subestações e outros tipos de energia que os clubes necessitam.

Há mais de trinta anos temos o índice de construção de projeção de 0.6, ou seja, 0.6 das áreas dos clubes. Hoje temos essas necessidades e precisamos aumentar.

O nosso pleito perante a Lei de Zoneamento é aumentar para 0.7 dos clubes sociais e os clubes de campo, que hoje são de 0.4, propomos 0.5, que são para atender, exclusivamente, essas necessidades de cumprir a legislação e nosso aspecto social.

Nesse intuito também gostaria de falar sobre a área esportiva. Tivemos no Panamericano 141 medalhas. Quarenta por cento, ou seja, 55 medalhas são de atletas formados em clubes, sendo 17 de ouro, 15 de prata e 23 de bronze. Então, as instalações de clube além de atender aos sócios, precisam também atender a formação dos atletas porque os clubes são os verdadeiros formadores de atletas hoje no Brasil.

No aspecto social os clubes possuem escolas particulares, externas aos clubes, que atendem a todas as crianças sem cobrar nenhum elemento. Então, temos duas proposições: aumento de índice e a transferência do potencial construtivo já que o clube não pode aproveitar nas suas despesas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Belloyanis Monteiro, da SOS Mata Atlântica.

O SR. BELLOYANIS MONTEIRO – Boa noite. Parabéns pela iniciativa desta audiência. Durante catorze anos tivemos uma luta pela aprovação da Lei da Mata Atlântica. Foi uma luta que envolveu várias organizações. A Lei da Mata Atlântica prevê a criação do PMMA, Plano Municipal de Mata Atlântica, e nós assinamos um termo de cooperação com a Prefeitura de São Paulo, ou melhor, com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

O PMMA é um dos principais instrumentos para a preservação remanescente desse importante bioma. Temos em São Paulo regiões de Mata Atlântica, como Cantareira e

Guarapiranga, e temos de assegurar a preservação dessas áreas.

A SOS Mata Atlântica é uma organização com trinta anos de atuação e a nossa preocupação – inclusive já protocolamos hoje um documento – é a conservação dessas áreas. Estamos sabendo de várias denúncias que estão tendo várias ocupações no Município e venda de lotes, são ações que não cabem em uma Cidade que tem um ar irrespirável. Temos de breçar essas ocupações. Não somos contra as Habitações de Interesse Social, só que em lugares adequados.

Queremos parabenizar neste instrumento as zonas ambientais. Tivemos a apresentação do assessor do Secretário falando de vários instrumentos importantes. Não tivemos em São Paulo esses instrumentos e agora precisamos aperfeiçoar e que esses instrumentos sejam devidamente implementados.

Temos vários interesses diferenciados na Cidade de São Paulo e neste momento temos de pensar na questão ambiental da Cidade. Tenho certeza de que não podemos deixar nenhuma ZEPAM a menos.

Estamos vivendo um momento crucial e não é apenas um parque, o meu parque, são os nossos parques. Temos de garantir os nossos parques. (Palmas)

Nenhuma ZEPAM a menos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Próximo, Tiago Honório dos Santos.

O SR. TIAGO HONÓRIO DOS SANTOS – Sou do território indígena Tenondé Porã. Eu estou representando a comunidade indígena. Uma proposta que a gente vem encaminhando, em relação à área de zoneamento do município de São Paulo é a inclusão da limitação das terras indígenas Jaraguá e Tenondé Porã, e que sejam áreas de ZEPAM, pela necessidade que a gente tem hoje em relação as nossas áreas verdes de São Paulo. A gente sabe muito bem que elas são poucas. Então, quanto às nossas áreas, em territórios indígenas, a gente vem sofrendo vários empreendimentos e vários impactos. Então, a gente vem nesse

interesse, de querer preservar as nossas áreas tradicionais e também as áreas do nosso futuro e das nossas gerações que virão. Então, em relação a isso, há a sociedade aqui do município de São Paulo. A gente tem que preservar e lutar. Enquanto a gente estiver vivo, a gente tem que respirar. Então, sem a natureza, a gente não respira. A gente sabe como é: sem a árvore, a gente não vive, sem alimento. Então, a gente necessita da natureza. Então, a gente tem que preservar pela natureza, e que as áreas indígenas sejam áreas de ZEPAM. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pelo apoio.

Tem a palavra a Sra. Márcia Sampaio Bonafé.

A SRA. MÁRCIA SAMPAIO BONAFÉ – Boa noite a todos. Eu sou arquiteta. Sou moradora da Vila Jataí, a quem eu estou representando, que faz parte da subprefeitura de Pinheiros. Nós protocolamos uma proposta escrita, sobre algumas especificidades do nosso território e que se repetem por toda a Cidade. Nós estamos numa área que está na região da Rua Cerro Corá e Heitor Penteado, uma área com alta declividade, onde apresenta, nos espigões, uma morfologia específica, que deveria ser preservada. Ela entra um pouco em conflito com o adensamento. Em seguida do espigão, existem regiões com áreas com declividade, onde se encontram inúmeras nascentes. Então, essas áreas não comportam o adensamento proposto pelo plano. Então, nós gostaríamos que isso pudesse ser revisto e pudesse ser estendido por toda a Cidade, porque é uma área que não pode ser poluída e é passível de contaminação por postos de gasolina. Há muitos usos que não poderão ser feitos, não poderiam ser feitos nessa região. Então, nós fizemos um estudo técnico. Contamos com a colaboração de vários institutos ligados ao ambiente. Então, gostaríamos que isso fosse relevado e que fosse estendido para outras regiões da Cidade, pois há especificidades que têm que ser vistas, porque elas entram em conflito com o adensamento proposto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Mauro Scarpinatti, do Espaço de Formação, Assessoria e Documentação Rede Mananciais.

O SR. MAURO SCARPINATTI – Manifesto pelo direito à Cidade, água, áreas verdes, moradia e qualidade de vida para todos e todas. Eu vou ler só um trecho do manifesto, porque não dá para ler tudo. O manifesto diz que a região metropolitana de São Paulo passa pela pior crise de abastecimento de água da história. É sabido que as áreas de proteção aos mananciais foram e continuam sendo destruídas por um perverso processo de especulação imobiliária, que historicamente submete os interesses coletivos aos ganhos imediatos de uma pequena parcela da sociedade. Com isso, nas últimas décadas, a Cidade vem perdendo suas áreas verdes, de forma acelerada, e, como consequência, a qualidade de vida é severamente afetada, não conseguindo resolver nem as demandas por moradia nem os clamores por mais áreas verdes e parques. Nesse sentido, diante disso, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, especialistas de diversas áreas do conhecimento vêm a público manifestar o desejo de construção de uma Cidade inclusiva, democrática, sustentável e solidária. Nesse sentido, exigimos nenhuma Zona de Proteção Ambiental a menos. Todas as ZEPAMs grafadas no PL devem ser mantidas. Nenhuma Zona Especial de Interesse Social a menos. Todas as ZEIS devem ser mantidas, desde que não incidam sob remanescentes de Mata Atlântica, Mata Ciliar, córregos e nascentes, manutenção dos limites da zona rural, apontamento dos mapas das terras indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, aprimoramento do capítulo que trata das áreas públicas e Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes, Espaços Livres, o SAPAVEL, ampliação das ZEPAMs das áreas produtoras de água da Bacia do Guarapiranga, Billings e Capivari-Monos e nas áreas inseridas na zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira, Jaraguá e do entorno do Rodoanel trecho Norte, nenhum empreendimento com potencial gerador de impacto socioambiental nas áreas produtoras de água, remanescentes da Mata Atlântica e áreas de fragilidade geológica, geotécnica devem ser permitidos, inclusive o malfadado Aeroporto de Parelheiros.

Entendemos que as dimensões social e ambiental são indissociáveis. Por isso, nos unimos e conclamamos toda a sociedade a assumir o protagonismo nesse importante

momento de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de São Paulo. Exigimos justiça socioambiental, qualidade de vida na Cidade, com água, áreas verdes, moradia para todos e todas.

Assinam esse manifesto mais de cinquenta organizações aqui de São Paulo, dentre elas a Abong – Associação Brasileira de ONGs, regional São Paulo no instituto Sócio-Ambiental, no Instituto Ipê, de Pesquisas Ecológicas e personalidades, como a Profa. Ermínia Maricato, Prof. Fábio Konder Comparato, Prof. Ladislau Dabo, entre outros.

Tem cópias esse manifesto, para quem quiser. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Gustavo Veronesi.

O SR. GUSTAVO VERONESI – Boa noite a todos e todas. A questão das áreas verdes é muito importante. Boa parte das pessoas que estão aqui está pensando em preservar o restinho que tem e aprimorar o que não tem, do que foi tirado da nossa Mata Atlântica aqui na Cidade de São Paulo. Eu quero chamar atenção para uma área de Mata Atlântica um pouquinho mais específica: as APPs urbanas, principalmente a proteção de margem de córregos, que a gente pode chamar também de Parque Linear. Alguns já foram implantados na Cidade, outros estão no papel há dez anos ou mais, e a gente precisa tirar esses parques lineares do papel. Eles são fundamentais para a preservação da água. São fundamentais para o clima urbano e, também, porque parque linear pode ser uma área de lazer. Aí puxando um pouquinho essa parte de lazer e tudo mais, vimos o mapa aqui, com grande carência de equipamentos públicos nas periferias. Então, há essa dotação, de querer colocar equipamentos públicos na periferia, e, ao mesmo tempo, nota-se que, no Centro da Cidade não há essa escassez. Ao mesmo tempo, sabemos a quantidade de imóveis vazios que há aqui no Centro, para especular.

Então, por que não começar a pensar mais em ocupar esse Centro em vez de, cada vez mais, expandir a Cidade para as periferias?

Eu notei uma coisa importante nos mapas, que as zonas de estruturação de

transporte estão muito bem delineadas, só que cometendo erros do passado em cima de rios. Então, como a gente vai proteger mata, se a gente não está protegendo os rios e está insistindo nas áreas de transporte em cima de rios, quando a gente deveria proteger e deixar as margens e os nossos rios livres, abertos, para as pessoas usufruírem disso? Então, por isso, reitero aqui, pelo Ipesa e também pelo ISS Mata Atlântica, que a gente não tenha nenhuma ZEPAM a menos nesta Cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Renê Schilfer, da FAU-USP.

O SR. RENÊ SCHILFER – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos Vereadores esse formato democrático de discussão da Lei de Zoneamento. Na última reunião, na última audiência que eu compareci aqui, foi-me dito que um dos objetivos da Lei de Zoneamento era melhorar o ambiente de investimento na Cidade de São Paulo. Dentro dessa linha, o meu pedido, que eu estou representando aqui um grande número de moradores e proprietários de imóveis na Rua Ministro Rocha Azevedo e Alameda Lorena, nos Jardins, é no sentido de excluir da Zepec do mapa 2 esse grupo de residências. Eu estou representando esse grupo. Os motivos são os seguintes: primeiramente, descaracterização total do projeto original, que foi feito pelo arquiteto Flávio Carvalho, em 1934. Não existe significância cultural mais, não existe integridade e não existe autenticidade nessas casas. Há engessamento total da atividade econômica. Isso vai contra aquele ambiente, que é o objetivo de investimento, criando um investimento positivo na Cidade, porque os imóveis estão ficando vazios. Há uma degradação da área. Há moradores de rua ocupando essas áreas. Está se transformando no pior lugar dos Jardins.

Então, a qual seria a ação? Primeiro, tomar o quê? Não há mais o que ser tombado. Não existe nenhum patrimônio cultural nessa área. A ação que nós estamos tomando é: Primeiro nós entramos com uma ação junto ao Conpresp. Esse é um processo que está se estendendo junto ao Conpresp, não permitindo a modificação dessas casas para uso

comerciais, que estão se tornando, cada vez mais vazias durante onze anos.

Então, nós entramos com uma ação junto ao Conpresp, com um parecer de uma pessoa chamada Sílvio Zanquet, e de outra pessoa chamada Paulo Lomarque. São as pessoas de maior notório conhecimento nessa área, tanto na área de preservação de patrimônio cultural, como na área jurídica. Então, nós gostaríamos que houvesse uma ação conjunta da Câmara e do Conpresp. Na Câmara, nós entramos com um requerimento após a audiência do dia 29, e hoje novamente também protocolamos um documento. O nosso objetivo é que haja um trabalho conjunto entre Conpresp e Câmara, para que se desobstrua esse nó econômico.

Coloco-me aqui como representante do grupo à disposição, bem como também a minha esposa, que é professora titular da USP, da FAU, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Marília Feluchi.

A SRA. MARÍLIA FELUCHI – Boa noite a todos da Mesa e os presentes. Durante as reuniões abertas do GT de Meio Ambiente, da Rede Nossa São Paulo, da qual faço parte, nós recebemos uma série de denúncias vindas dos conselhos regionais de meio ambiente, os CADs ou os conselhos participativos ou os conselhos das unidades de conservação e parques. Então, nós tivemos alguns dados e eu os trago aqui. Eles são importantes. Eu gostaria de mostrar as ilustrações, para que os senhores pudessem visualizar rapidamente.

Nesse *slide*, essa questão é de ocupação de algumas áreas de manancial, onde há utilização. Aí há o serviço ambiental sendo prestado por essas áreas. Nós temos a invasão dessas áreas. No próximo *slide*, os agricultores urbanos, que estão presentes nas zonas rurais, eles vivem aí há muito tempo e são responsáveis pelas culturas orgânicas de que nós nos alimentamos. Próximo. Aí as suas terras são invadidas, eles sofrem agressões físicas, eles são jogados fora de sua residência e vendem os terrenos. Imediatamente desmatados, isso é

ocupado. E esses anúncios já são encontrados nas regiões da região Sul, Capela do Socorro e a região toda dos parques da região Sul, que são APA, áreas de proteção ambiental Bororé-Colônia ou Capivari-Monos, assim como as zonas de amortecimento dos parques naturais, Jaceguava e os outros três que têm na região.

Próximo, por favor. A questão que foi falada aqui da construção indevida, de maneira incorreta que está acontecendo na Cidade. O Rodoanel Trecho Norte já marcou onze parques, então ele atravessa onze parques. O que vem acontecendo? Não está havendo a fiscalização que foi prometida aqui em 2013, o Vereador Natalini lembra disso, ele estava na presidência, aliás, acompanhando a Comissão de Meio Ambiente e nós denunciávamos isso porque precisa haver uma fiscalização e o acompanhamento dessa construção e não há.

O seguinte. Já existe construção ao lado. As construções estão aí, ao lado de uma via que não deve ter acesso. O Rodoanel não tem acesso, se não ele causa mais dano do que ele já causa. Lembramos que não há compensação que compense um dano ambiental.

Pode passar o próximo. Além disso, nós temos algumas denúncias na zona Norte também, que são a construção... Quem dá licença para uma obra dessas? O rio que vocês veem aí é o Cabuçu de Cima e a área ao lado, verde, é uma área de várzea. Pode passar o próximo. Já acabou.

Vocês têm o seguinte, essas denúncias estão sendo feitas aqui e já foram feitas e eu gostaria de como munícipe e como participante do GT de Meio Ambiente ter uma resposta do motivo dessa fiscalização estar acontecendo dessa forma, o motivo dessas obras estarem acontecendo sem a fiscalização correta e esse dano que precisaria ser reparado.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra Tadeu de Paula, do Parque dos Búfalos.

O SR. TADEU DE PAULA – Boa noite. Venho aqui falar do Parque dos Búfalos. Como vocês já sabem, na construção de 193 prédios e lá tem nascentes, tem bicho silvestre e

tudo. Depois vai passar na filmagem. Eu sou a favor do parque. Como vocês estão vendo nas faixas serão moradias.

É isso só.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Wesley Rosa.

O SR. WESLEY ROSA – Boa noite a todos. Também faço parte do Subcomitê das bacias da Billings e Tamanduateí e é sobre isso que vim falar hoje. O nosso representante do Executivo, Daniel, falou que atende aos mais altos requisitos o nosso Plano Diretor, mas esqueceu de uma coisa. Daniel, apenas dois municípios de São Paulo apresentaram Plano Diretor para o subcomitê e é lei. O Plano Diretor e o Zoneamento de São Paulo têm que passar por essa instância que é o subcomitê, é preciso passar por esse conselho da ARPMB Billings que é justamente a área que compreende. Eu vou ler o artigo aqui para que vocês tomem ciência de que o que vocês estão cometendo nada mais é do que um descumprimento da lei: “O órgão do colegiado do sistema de planejamento e gestão da ARPMB, que é área de proteção dos mananciais Billings, em caráter consultivo e deliberativo e o Comitê de Bacias do Alto Tietê, que poderá delegar atribuições ao subcomitê, assuntos de interesse peculiar à ARPMB”. Esse é o artigo da lei específica da Billings, 13.579/2009. “Os pareceres do solo em empreendimentos, edificações, atividades comprovada pré-existente que não atendam aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos nessa lei deverão ser submetidos a processo de regularização”, ou seja, apenas os empreendimentos pré-existentes a 2006 são passíveis de regularização fundiária. Novos empreendimentos dentro das bacias hidrográficas, dentro dos espaços de mananciais não são permitidos. E o que diz o artigo 119 da lei específica da Billings? “As áreas ainda preservadas no território de área de proteção e recuperação dos mananciais do reservatório Billings, dada sua essencialidade para recarga hídrica do reservatório e a importância de manutenção de seus atributos naturais deverão ser objeto junto ao Poder Público e ações integradas a população envolvida visando conter a expansão urbana e isoladas dentro do território de mananciais Billings”. Vou só ler mais um

artigo da lei específica da Billings. Isso aqui fala muito bem do vício que o Plano Diretor municipal tem em não fazer a consulta prévia antes de sancionar a lei ao Subcomitê de Bacia Billings. “O Poder Executivo Municipal deverá submeter ao órgão colegiado ARPMB as propostas municipais referentes ao caput do artigo da lei específica” – que é a 9.866, de 10997, no seu artigo 19. A área em que eles querem construir 193 torres no Parque dos Búfalos contém 18 nascentes e é comprovada a sua dimensão e a sua produção hídrica nessa região.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Claudio Nils.

O SR. CLAUDIO NILS – Boa noite, Srs. Vereadores e demais presentes. Eu gostaria de ressaltar essa importância dos mananciais, que inclusive estamos vivendo uma crise hídrica e toda bacia hidrográfica das represas produz a nossa água. Então é muito importante que passe pelo crivo do comitê de bacias para que ele verifique a legalidade da lei e façam as devidas correções nessas áreas muito importantes.

Depois eu queria falar da atual área de ZEIS porque nem todas são áreas desmatadas, tem áreas inclusive com área atlântica nativa que estão como ZEIS, é pouco, mas gostaria que fosse revisto, e também áreas que são permeáveis, mesmo que, na nossa opinião, se tiver eucalipto tem que ser revisto também, ou tudo que não for permeável tem que ser revisto e inclusive está sendo lançada uma nova área chamada Zero que fala sobre isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Carvalho.

O SR. EDUARDO CARVALHO – Boa noite. Eu trabalho com preservação de ZEPAM e ZEPEC usando a transferência do direito de construir. Em minha opinião algumas modificações implantadas pelo PDE 2014 e outras sugeridas por esse PL 272 dificultam a transferência de potencial construtivo como um instrumento para preservar imóveis culturais e ambientais. Eu tenho, então, algumas sugestões para ajudar na preservação.

Primeira sugestão com referência à ZEPEC. Complementar o artigo 126 do PDE

inserindo um inciso V, com a possibilidade de doação de imóvel particular em ZEPEC, que hoje não é prevista, quando houver concordância da Prefeitura, e com o pagamento integral em declaração de potencial construtivo com fator de incentivo 1,4.

Com referência à preservação de ZEPAM e transferência do direito de construir existe muita dificuldade. Então tem uma sugestão alternativa, que é manter na ZEPAM a taxa de permeabilidade mínima de 90%, o coeficiente de aproveitamento máximo de 0,1, mas liberar o gabarito das ZEPAMs para 28 metros, térreo e mais oito e permitir o uso R2V4. A ideia é preservar a preservação da ZEPAM particular onde o aproveitamento de 10% do terreno possa pagar pela preservação dos 90% permeáveis.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Lia.

A SRA. LIA – Sou da Vila Nova Esperança. O que queria dizer é que o homem e a natureza têm que andar juntos. Então a gente não pode fazer diferença do ser humano que mora numa área que é ambiental e tirar aquelas pessoas, expulsar. Acho que quando elas entram e desmatam tem que tirar mesmo, não pode deixar mesmo. Mas eu estou falando no caso da Vila Nova Esperança. Nós estamos numa área desde 1960, nós não estamos desmatando nada, pelo contrário, nós estamos fazendo a preservação do que a gente pode. O que falta para nós da Vila Nova Esperança é a ajuda de vocês. Eu não peço nem que vocês vão lá e façam, eu peço que vocês nos ajudem a transformar a Vila Nova Esperança em uma vila ecológica, porque mesmo sem ajuda do Poder Público nós já estamos fazendo isso. (Palmas) E habitação e meio ambiente têm que andar juntos. Só andando juntos, um respeitando o outro e uma coisa que deveria ser feito é levar para essas comunidades que estão sendo expulsas essas pessoas que estão sendo expulsas das suas casas e moram numa área ambiental, levar para elas educação ambiental, jogar já dentro das escolas, dentro das favelas, vocês têm que levar educação ambiental. Se vocês querem que esse mundo melhore, porque mudar nem um Vereador e nem o Presidente vai mudar, mas nós podemos

sim melhorar o nosso mundo, melhorar o nosso ar que respiramos. Vamos dar educação ambiental, ensinar os nossos filhos a preservar, que é isso que não está acontecendo. Muitos falam em meio ambiente, em preservação, mas por a mão na massa de verdade não estão fazendo. Nós, da Vila Nova Esperança, o que estamos fazendo? Estamos colocando horta e colocando as crianças para trabalhar junto, fazer horta para aprender e amanhã não faltar água para eles beberem, para eles terem um ar limpo e é isso que a gente quer.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Daniel do Parque dos Búfalos.

O SR. DANIEL – Boa noite. Sou do Jardim Apurá. Estou aqui pela segunda vez para mostrar para vocês a área em que eles vão construir 192 prédios. Eu quero que vocês vejam as fotos do festival que tivemos ontem. A área de preservação que o nosso querido Prefeito destruiu e não colocou nas ZEIS. Que ZEIS é essa? O que está valendo a lei das ZEIS se essa área não entra nela? Olha a natureza que tem no Parque dos Búfalos, onde vão construir prédios. Olhem as fotos. Mostrem as fotos para eles. Acho que é meio estranho. Por que não tem ZEIS aí? Por que elas não valem como ZEIS? Por que o Jardim Apurá e o Parque dos Búfalos não entram na lei do Prefeito, na lei da ZEIS? Só tem natureza, tem ave migratória, tem ave que se você puxar na foto está lá na África e tem aqui no Parque dos Búfalos, tem coelho, tem um monte de coisa lá. Não sei por que não entra, não sei o que está acontecendo. Cadê o meio ambiente? O meio ambiente foi lá no bairro e tem construção para tudo quanto é lado. O meio ambiente falou: “Agora que a gente chegou não vai construir mais nada”. O que aconteceu? Tem construção, tem condomínio, estão destruindo tudo. Cadê a ZEIS? ZEIS não é lei de meio ambiente? ZEPAM, ZEIS é tudo lei de meio ambiente.

– Manifestação na galeria.

O SR. DANIEL – Você dá risada. Você sabe. Você está lá liberando o terreno para o pessoal construir. A área só tem uma entrada e uma saída. Não tem mais saída para lugar

algum. Como eles vão colocar 192 prédios, vinte mil famílias lá dentro? E a Represa Billings o que acontece com ela? Ela tem jeito. Têm várias nascentes. Todo bico da Represa Billings tem nascente de água pura, potável. Têm famílias no Apurá que estão entrando no Parque dos Búfalos para pegar água potável. Estão lá. Estão vivos. É água pura. E ninguém faz nada. Estão aí as fotos do lugar onde eles vão destruir. Eles estão falando que vão. Não entra na lei deles. Eles vão destruir. Olha as fotos aí. Ontem foi o festival lá. Um monte de gente que estava lá se divertindo. Vida saudável para a população da periferia ninguém quer? Por que as casas que tem aqui no Centro não servem para a população? Não pode reformar esses prédios e colocar a população dentro? Ouvei a polícia dizer: “Porque vocês não vão lá para Centro invadir os prédios da Prefeitura que estão lá abandonados. Vão lá. Não cortam asa aqui não...” E aí? Políticos investiram para os moradores invadirem. Foram mais de duzentas árvores derrubadas. Tem noção? Árvore de 50, 100 anos caindo no chão, pessoal fazendo festa. Dedo de político. Tem de falar mais nada não. Só quero uma coisa. Apurar área de preservação permanente. Parque dos Búfalos é vida saudável para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero esclarecer aos senhores que a Câmara Municipal de São Paulo, recebeu o PL do Zoneamento que coube a Prefeitura do Município de São Paulo, fazer, baseado nos termos da Lei do Plano Diretor Estratégico, o prazo para entregar para a Câmara Municipal de São Paulo. Foi entregue para a Câmara uma discussão de vários vereadores que se poderia fazer cinco ou oito audiências públicas, uma em cada região e colocar a discussão e aprovação dos 55 Srs. Vereadores. Nós temos a responsabilidade com a Cidade de São Paulo, o que os Srs. Vereadores, principalmente da Comissão, resolveram realizar audiência pública em cada região distrital de cada subprefeitura. Além das temáticas que estamos realizando aqui na Câmara Municipal de São Paulo e as quintas feiras, e aos sábado de manhã e à tarde, em casa região. A agenda está no site da Câmara Municipal de São Paulo. Vamos realizar as 46 audiências públicas. Estamos documentando isso, os senhores que fazem as reivindicações, suas colocações, seus

sentimentos... Tudo está sendo protocolado. Os senhores estão recebendo um número de acompanhamento. Não estamos aqui para brincar. Estou no sexto mandato, sou Vereador com muito orgulho, tanto quanto os demais. Nas audiências públicas têm mais ou menos sessenta pessoas para falar, e vamos tentar dar a palavra para todos com a compreensão de todos. Queremos é exatamente isso, a participação de todos os senhores. Não importa. Chegue aqui. Deixe sua mensagem por escrito... Se não estiver satisfeito hoje, escreva e vem aqui e protocola. Vamos analisar caso a caso. Estamos sendo práticos. Não estou preocupado com horário. Estou aqui para ouvir todos. Muitos vêm aqui, quatro, cinco, dez... Falam do mesmo assunto. Sem problema. Pode falar. Estamos aqui para ouvir. Ouvir acima de tudo. Escutar! Isso quer dizer que o papel da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e dos 55 Srs. Vereadores com responsabilidade que estamos fazendo.

Deixo claro para os senhores, que sai um, chega outro que não sabe nem o que está acontecendo, fala bobagem e sai correndo, não espera resposta.

Com a palavra o Sr. Anderson da Silva.

O SR. ANDERSON DA SILVA – Boa noite a todos. Moro praticamente dentro do Parque dos Búfalos, e venho aqui essa noite exercer minha função de cidadão. Gostaria de sugerir aos nossos gestores, prefeitos, Deputados, Vereadores, Senadores, todos, para que olhem com carinho para a questão ambiental na Cidade de São Paulo e por todo o País. Minha luta pelo Parque dos Búfalos, 100% e que todas as ZEPAMs sejam mantidas e acrescidas a mais, porque só temos essas aéreas de ZEPAMs que os senhores denominaram. Minha luta é por moradia digna para à população e que essa moradia não seja em cima de mananciais e nascentes. Minha proposta para a região é ter a região do Parque dos Búfalos 100% verde, com núcleos de educação social, cultural, e ambiental na comunidade e que essa área se torne uma ZEPAM. Educação, educar nossas crianças a ter essa consciência ambiental. Educação é a palavra chave, assim conseguiremos um País sustentável. Muito obrigado a todos!

– Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Américo Sampaio, da Rede Nossa São Paulo.

O SR. AMÉRICO SAMPAIO – Boa noite a todos. Serei breve para dar mais tempo para os companheiros falarem. A questão é a seguinte: A Rede Nossa São Paulo defende que seja revisto e se possível suprimindo os Art. 27 a 34 do PL 272, que diz respeito à possibilidade de construção de equipamentos públicos em áreas verdes. Sabemos da precariedade que vive as regiões periféricas de São Paulo no tocante a equipamentos públicos e isso precisa sim ser revisto. Agora, não se podem garantir direitos retirando direitos. Isso não faz o menor sentido! Com todo respeito e admiração pelo trabalho que os senhores desenvolveram... Isso não é justificativa. Alegar de que há uma necessidade de espaços para equipamentos públicos de creches, assistência social e por isso vai se construir em áreas verdes, ora, sabemos que o problema não é espaço. Mas sistêmico. Que se enfrente o poder econômico, que se garanta que o trabalhador more nas regiões centrais de São Paulo com infraestrutura urbana. Não irá resolver o problema da Saúde, da Educação e da Assistencial Social construir equipamentos públicos. Não se garante direitos retirando direitos. Ficam o apelo a todos aos senhores e senhoras vereadoras que repensem o art. 27 a 34.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Chamo atenção para a página 66 que fala do Jabaquara, diz que tem uma área verde que é do Parque do Estado, Zoológico, o Instituto Zoológico, Jardim Botânico e o Jabaquara não tem nenhuma ZEPAM, só que por ignorância da Secretaria, eles esqueceram que tem uma operação urbana Água Espreada, que foi proposto um parque. Mais de 600 mil metros quadrados, depois se reduziu e vai ter uma interferência gigantesca na área, principalmente porque lá tem a questão de algumas Zonas Especiais de Interesse Social, como moradias, e ficou no meio do Parque. Por ignorância, descuido talvez

do Diretor da Secretaria ele não levou isso em conta.

Outra questão, lá tem uma via parque que vai contornar totalmente esse parque e vai interferir drasticamente na questão dos moradores. Essa região, ela faz uma divisa, principalmente em Americanópolis, que metade é Jabaquara, metade é Cidade Ademar e lá, se você considerar todas aquelas famílias, são cerca de vinte mil famílias e o próprio Plano Diretor, não garantiu Zonas de Interesse Social para construir moradias nessa região e não é uma pauta também, simplesmente do pessoal do cortiço, da favela, com os proprietários, estão querendo expulsar quadras inteiras de imóveis consolidados em áreas não de preservação ambiental, para plantar grama. A Prefeitura do Município de São Paulo mal e mal tem condições de cuidar do Parque do Ibirapuera, que está aqui debaixo do nariz, não tomava conta nem quando a Prefeitura do Município de São Paulo funcionava lá dentro, agora querem construir um parque de 300 mil metros quadrados a 500 mil metros quadrados, expulsar vinte mil famílias sem garantir a moradia. Inclusive acho que também na área do senhor de Pirituba também tem algumas Zonas de Interesse Social no meio da área verde, não sei como a Prefeitura do Município de São Paulo vai fazer isso.

E por último, chamo atenção que não é para construir parque para expulsar a população pobre, tem de conviver essa população, seja de favela, de comunidade, ou morador de baixa renda. Não queremos que se repita aqui em São Paulo o que aconteceu em Nova York. Todas as vezes que vemos aquele Central Parque, devemos lembrar que aquele parque lindo e maravilhoso foi construído para expulsar a população pobre e, no entorno, construir moradias milionárias e deixar a população do outro lado do Rio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o nobre Vereador Natalini.

O SR. NATALINI – Sr Presidente, prestei muito atenção às pessoas que falaram aqui. Quero dizer o seguinte: o passivo ambiental de São Paulo é imenso. Muitas gerações irão passar até que, nós trabalhando com afinco, consigamos recuperar uma parte desse passivo ambiental que a Cidade de São Paulo possui pelo desenvolvimento desorganizado, pelo

desenvolvimento predatório que a Cidade de São Paulo teve para se desenvolver. Portanto, o pouco de áreas verdes que temos em São Paulo, temos o dever de proteger. Se o governo não quiser proteger, o povo, o cidadão, a cidadã tem que trabalhar e obrigar o governo a proteger. Área verde é questão sagrada. Esses últimos três dias eu soube de quatro idosos que morreram de pneumonia, por causa da poluição do ar da Cidade de São Paulo. São cinco mil por ano e não podemos cair na armadilha de ambiental contra social, social contra ambiental. Isso é uma grande armadilha. Não podemos entrar nessa armadilha. Nem o movimento social de moradia, nem as pessoas que precisam melhorar suas condições de vida e nem o movimento ambientalista, movimento que ajuda a sustentabilidade de São Paulo. Podemos muito bem melhorar as questões ambientais de São Paulo, aumentar nosso verde, recuperar nossos córregos, melhorar nosso ar, e, assim mesmo, junto com isso construir casa digna para as pessoas viverem, porque a Cidade de São Paulo tem muito espaço que não precisa ser em cima de mata, de cerrado, e de área que não tem hoje moradia construída.

Vamos recuperar aquilo que está degradado, porque só as grandes incorporadoras podem fazer prédios monstruosos de luxo nessas áreas onde não pode ter casa para o povo. Por quê? É possível, nessa lei de zoneamento que a gente caminhe, já foram feitas propostas aqui consideráveis. Também sou contra que se tire uma ZEIS, pelo contrário, gostaria que aumentasse. Agora ZEIS não pode ser construída em cima de uma nascente, de uma mata, não pode. As pessoas que vão morar lá sabe que isso não pode acontecer. O Governo tem de encontrar outros meios. Existem outros meios, outros lugares. Em poucos dias conseguimos proteger, expulsar uma construtora, que ia construir dezoito torres em cima de uma APP, ao lado do Parque Burle Marx, foi embora. Os senhores sabem do que estou falando.

Sr. Presidente, não vou me alongar mais, eu poderia trazer aqui muitos exemplos parecido com o do Parque dos Búfalos. Tem duas pessoas presas na Vila Brasilândia, porque nós fizemos a polícia prender, que estavam loteando o Parque da Brasilândia. Então temos de nos unir, movimento social, movimento ambiental, empresários, solução existe, podemos

manter o Meio Ambiente, melhorar o Meio Ambiente, fazer moradia e fazer São Paulo se desenvolver de uma maneira boa e correta, desde que haja boa vontade daqueles que estão no Governo, daqueles que têm um mandato popular e daqueles que se fazem representando movimento social.

– Assume a presidência o Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Presidente da Com Fé São Paulo Trabalho, Empreendedorismo, órgão institucional da Uni Cosmos Nação Sustentabilidade e Cidades. São Paulo é considerada a maior cidade do Hemisfério Sul, é a mais rica da América Latina com um PIB anualmente de 436 bilhões de reais, responsável por 37% do PIB paulista e 13% do PIB nacional. É uma cidade injusta. Hoje tem cerca de 1250 famílias em situação de risco, de áreas precárias, em terrenos irregulares em uma Cidade tão rica. São entre 3 a 4 milhões de pessoas. Uma população maior do que Salvador, Belo Horizonte e Brasília. Isso significa um terço dos paulistanos com residência, atualmente em 2.650 favelas, loteamentos irregulares, cortiços, conjuntos irregulares e outros assentamentos que desafiam a política organizacional da Cidade de São Paulo. Um número que acaba movimentando uma teia de irregularidades: muitos problemas, desafios, surgimento dos primeiros barracos, em relação com a sociedade, com as favelas e que foi em controversa de mal resolvida pelas autoridades públicas. Quinze por cento do PIB da Cidade de São Paulo ao longo desses anos vem sendo desviada por máfia de políticos ladrões que passaram e atuam na Cidade de São Paulo.

Então a nossa tese é que todas essas famílias sejam regulamentadas através de título de propriedade dessas residências e 85% dos estabelecimentos comerciais e empresariais são irregulares na Cidade de São Paulo e não têm alvará e a nossa tese é que sejam regulamentados esses estabelecimentos, outorgando o alvará para esses empreendedores e a recuperação da orla das represas Billings e Guarapiranga, assim construindo uma rede sustentável para interceptar os esgotos empresariais e comerciais que

são jogados dentro das represas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Mariana Ribeiro.

A SRA. MARIANA RIBEIRO – Boa noite. Eu estou trazendo a proposta que acredito que mais de vinte ou trinta pessoas apresentaram e protocolaram aqui, que é uma nova zona, que a gente tem ZEIS, ZEPC, ZEPAM e pensando na ZEPAM como uma área de preservação onde você ainda pode construir 10% da área, a gente ficou profundamente insatisfeito com esse recurso que, na verdade, é um recurso paliativo, um recurso que ainda não atinge de fato a conservação. Então a gente está propondo a ZERO, que é a Zona Especial de Regeneração Orgânica, ou seja, zero construção em áreas de construção e em áreas de conservação. (Palmas) O objetivo é ir para além do privado e do público, as áreas públicas livres, todas, deverão ser preservadas, e as áreas privadas com mais de quinhentos metros quadrados também não poderão ter construções permanentes na Cidade. A ideia é frear mesmo a especulação imobiliária, a ideia é frear mesmo as construções que drenam os lençóis freáticos da Cidade, a ideia é que as áreas livres permaneçam livres para que o solo possa ser permeável e receber de volta a água da chuva para reabastecer os lençóis freáticos e a ideia é que é indiferente se é público ou privado. Não é necessário desapropriar uma área que é a última área verde do centro de São Paulo, como é o Parque Augusta, por exemplo; não é necessário desapropriar algo que é necessário para a sobrevivência da Cidade. Então para ultrapassar um pouco as questões financeiras e de mercantilização da terra a gente está querendo tirar a ideia de preço da terra, pensar na ideia de valor da terra. Então áreas onde você tem reservas indígenas, por exemplo, não tem nem cabimento ter uma luta como as que os guaranis estão tendo que ter para preservar suas áreas, não tem nem cabimento a gente ter que ter a representatividade do Parque os Búfalos aqui lutando pela última área na beira da represa Billings. Então a ZERO é para acabar com essas questões e a gente tem aqui alguns objetivos: garantir espaços onde o solo seja permeável; incentivar a regeneração das áreas;

interromper a drenagem dos lençóis freáticos; frear de vez a ameaça de construção em áreas de preservação; promover a qualidade do meio ambiente; garantir o acesso da população e direito da população zelar por essas áreas que tem uma função social declarada.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Lorena Gebara.

A SRA. LORENA GEBARA – Devido à ausência de todas as falas, vou doar a minha ao Sr. Davi.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não pode.

A SRA. LORENA GERBARA – Apresentamos o Projeto de Lei Zero, que vai ao encontro da necessidade de se preservar completamente as áreas que ainda não foram impermeabilizadas. Ele vem da necessidade de se contemplar um real zoneamento de preservação devido à importância dessas áreas na prestação de serviços socioambientais das áreas naturais e completamente interligados à atual crise ecológica, à atual crise hídrica, à atual crise respiratória e à necessidade da melhora da qualidade de vida nos ambientes urbanos.

O Zero propõe, contra a especulação imobiliária, a necessidade de se frear as construções, pois a ZEPAM ainda permite 10% de construção nas áreas de proteção, por exemplo, de mananciais como é o caso do Parque dos Búfalos, com um milhão de metros quadrados, dezoito nascentes e é permitido mais de 10 mil m² de áreas construídas.

Sabemos que o equilíbrio vital ecológico não permite a comunhão de uma construção de solos para estacionamentos ou a construção de empreendimentos de alto impacto com a fauna, com uma flora, com uma adaptação biológica que necessitou de uma evolução de milhares de anos. E depois vem um homem e a destrói sem um real estudo de um impacto ambiental, como tem acontecido no Parque Augusta, também não existe um estudo de impacto de vizinhança e se permitiu uma construção. Só pelo sombreamento dessas

construções, a degradação ambiental vai ocorrendo ao longo do tempo.

Por isso gostaria, nesses últimos minutos que ainda me restam, que as comunidades tradicionais aqui reunidas em encontros de lideranças indígenas, que vieram falar de suas culturas tradicionais e das suas necessidades em preservar seus conhecimentos tradicionais, pudessem vir ao microfone falar.

Infelizmente eles não estão presentes, gostaria que estivessem, mas o projeto de lei foi protocolado, foi disponibilizado inclusive aos Srs. Vereadores para que o lessem e ele considera a importância de se preservar essas áreas de proteção permanente, que deveriam estar intactas, e as unidades de conservação também.

Entendemos sim que as comunidades tradicionais têm de conviver harmonicamente com a natureza, porque elas evoluíram com esse conhecimento ambiental, mas a especulação imobiliária vem na contramão do desenvolvimento harmônico com a natureza e por isso tem de ser freada. Existem espaços ociosos, mais de 50% desses espaços do Centro têm possibilidade de receber essas pessoas da periferia, que necessitam dessa infraestrutura.

Finalizo aqui e dou espaço aos próximos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Apenas para lembrar, o artigo 28, em seu § 7º, do Plano Diretor, prevê a construção de equipamentos públicos em todos os parques. Ninguém fez menção a isso. Gostaria que alguém se manifestasse com relação a isso, depois.

Tem a palavra a Sra. Ana Aragão.

A SRA. ANA ARAGÃO – É uma pena, porque eu queria mostrar o CD. Boa noite a todos. Boa noite aos Srs. Vereadores. Represento as entidades de moradores do Caxingui, do Butantã.

Apoio o manifesto do direito à cidade, do Parque dos Búfalos, do Jataí, todos os nossos manifestos do Parque Linear Caxingui também e todos os encaminhamentos feitos aqui. Estamos precisando bastante da ajuda dos Srs. Vereadores para evitar que a nossa

região seja irremediavelmente prejudicada pela verticalização predatória.

Estamos aqui para pedir que as conquistas socioambientais obtidas durante a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que é a Lei 272/2015, sejam totalmente asseguradas. Não queremos, de jeito algum, perder o nosso Parque Linear Caxingui, implantado em Zona de Preservação Ambiental Permanente, devidamente cravado no Plano Diretor Estratégico da Cidade e uma das últimas áreas verdes remanescentes da Mata Atlântica, com várias nascentes, sem contaminação aparente em toda a extensão, vegetação nativa também, que abriga dezenas de pássaros e pequenos mamíferos em extinção. É uma zona produtora de água, incrustada num antigo bairro residencial. E na nova Lei de Zoneamento, em discussão aqui, ele aparece retalhado para ceder lugar à construção do empreendimento habitacional, acompanhado de uma desnecessária e danosa Zona Comercial.

Queremos o parque inteiro. Queremos todos os parques de São Paulo e não precisamos derrubar o verde para erguer o cinza. (Palmas) Gostaria muito de exibir o CD em que mostra a nossa área, mas não tem como, é uma pena. O mapa que iríamos apresentar mostra o projeto de construção do empreendimento habitacional, uma impensável rua divisória entre a mata do parque e os prédios e pior, nessa rua divisória está projetado comércio dos dois lados, no meio do parque. Assim como queremos todos os parques, queremos todas as moradias.

Nossa proposta é construir as unidades habitacionais pertinho, numa das cinco áreas apontadas pela Subprefeitura do Butantã, inclusive em condições infinitamente melhor para todos. Um dos terrenos indicados não possui árvore alguma, não tem nascente alguma, é muito maior que a atual, que está em discussão, e muito próximo da Estação Butantã do Metrô. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Júlia Titz de Rezende.

A SRA. JÚLIA TITZ DE REZENDE – Boa noite. Faço parte do Conseg Morumbi e do Conselho Participativo Municipal, Distrito do Morumbi.

Há 22 anos trabalho pela preservação do meio ambiente e pela qualidade de vida dos cidadãos. Participei e acompanhei todo o processo do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento e pude verificar, em todo esse tempo, a deterioração de áreas de meio ambiente. Alguns pontos fundamentais foram excluídos e o mais importante deles: desde o Plano Diretor, foi a exclusão do Plano de Bairro, que seria o diferencial para um planejamento mais elaborado e adequado, respeitando o perfil de cada área.

Também quero citar o problema do Córrego Caxingui, que possui uma área de parte de Mata Atlântica, nascentes, pássaros, uma zona acertadamente considerada ZEPAM – Zona de Preservação Ambiental e que por meio de uma canetada foi transformada em ZEIS 5. Isso é inexplicável e pergunto a quem possa interessar cometer um crime contra a natureza que prejudicará a todos: Quem apoia esse tipo de atitude? Muito já se falou a respeito e pouco resultado obtivemos. Temos lutado para que seja observada e revertida tamanha barbaridade. E esperamos que os Vereadores tenham um olhar cuidadoso para esse fato.

Aproveito para falar sobre algo que tenho observado em todas essas audiências públicas mais recentes: tem se formado um grupo de liderança mais jovem. Temos uma liderança antiga da qual faço parte, que é esse pessoal antigo que nunca deixou de lutar. Mas estamos vendo que agora os moradores e lideranças novas não aceitam mais arbitrariedades e que estão motivados, engajados por uma mudança para melhor.

Como no próximo ano vamos ter eleição, quero conchamar a todos para que continuem nessa luta, analisando quem são os Vereadores que realmente estão envolvidos na proteção da Cidade e dos cidadãos. Precisamos continuar unidos nessa luta, ficarmos atentos e excluir definitivamente do Poder Público quem demonstrar posicionamentos negativos e contrários aos interesses da preservação da Cidade.

Aproveito para citar Platão, que diz: “O preço que pagam os homens corretos por

não se interessarem por assuntos governamentais é o de serem governados por homens piores que eles”.

Vamos à luta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Beatriz Botelho, do Conselho Participativo Municipal, Conseg.

A SRA. BEATRIZ BOTELHO – Boa noite aos Vereadores e a todos. Primeiramente, quero levantar uma questão com relação à Subprefeitura do Butantã, que tem um conjunto de profissionais trabalhando em função do Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo há muitos anos. E ele não foi levado em conta nesse processo todo. Temos lá bons cidadãos que estão fazendo um bom trabalho e que infelizmente não é levado em conta. Outra coisa é que também não estão sendo levadas em conta as questões específicas de cada região. Cada bairro tem suas especificidades que devem ser levadas em conta. Precisamos fazer um plano de bairro e levar em conta a participação dos cidadãos no trabalho feito pela equipe profissional.

No Butantã temos uma macrozona de proteção e recuperação ambiental muito importante e temos de levar isso em conta. Temos 21 parques indicados para serem preservados, sendo que dez estão no projeto feito em 2008. Dentre esses parques, estamos citando o Parque Linear Caxingui e o Parque Linear Camaquã, no qual já foram construídas edículas de casas, prédios e precisamos lutar para recuperar esse córrego.

Outra questão muito importante é o adensamento da Cidade, dos eixos que estão sendo propostos pela Prefeitura. A Avenida Francisco Morato não comporta nem geomorfologicamente essa condição, e nem pelo próprio tráfego de carros que já está extremamente complexo e não vai conseguir dar conta desse adensamento.

Outro problema sério da região são os condomínios. Enormes como, por exemplo, o Condomínio Paulistano, que faz o deságue de esgoto no Córrego Itararé. Isso não pode acontecer. Eles precisam se responsabilizar pela parte deles, não só o Poder Público vai se

responsabilizar por isso. E como é que pode um desaguamento de esgoto num córrego importantíssimo para a população.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Rodrigo Mota Bresser.

O SR. RODRIGO MOTA BRESSER – Primeiro agradeço a oportunidade, Vereadores Gilson Barreto e Paulo Frange; Secretário Fernando; Diretor Daniel. Agradeço também já ter tido a oportunidade de falar com o Daniel sobre as nossas reivindicações. Vou apresentar algumas imagens.

– O Sr. Rodrigo Mota Bresser passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. RODRIGO MOTA BRESSER – Estou aqui para fazer duas solicitações. As duas estão ligadas ao Parque Linear Caxingui e a área verde existente. A primeira é que junto com a colocação de uma ZEIS em aproximadamente 40% dessa área verde, foi feita uma alteração no zoneamento, tornando uma parte do Jardim Guedala e Jardim Leonor – Avenida Roberto Lorenz, Avenida Comendador Adibo Ares, área estritamente residencial há cinquenta anos – em área comercial.

Então nossa solicitação é que volte a ser uma área estritamente residencial. É nessa pontinha aqui: Roberto Lorenz e Avenida Comendador Adibo Ares. Nos finais de semana as pessoas andam de *skate*, com cachorro, a pé, correm e durante a semana várias autoescolas usam porque é uma área muito calma, tranquila, não liga a lugar nenhum. Não há necessidade alguma de ser uma área comercial. Inclusive, há áreas comerciais tanto na Avenida Francisco Morato, como na região da Rua dos Três Irmãos – a três quarteirões dali... Há bastante comércio: padarias, farmácias e muitos outros serviços que atendem muito bem o bairro. Realmente não há necessidade de ser zona mista, apenas desvaloriza um bairro que tem o privilégio de ser um bom bairro de São Paulo. E São Paulo precisa de bons bairros também.

Outra coisa é a implantação do Parque Linear Caxingui em toda área verde que há aí. Voltando ali no amarelo, essa área que está cinza e amarela, hoje, é estritamente residencial. E o nosso pedido é que continue sendo estritamente residencial. Olhando o próximo *slide* a área é estritamente residencial, pessoas que moram há muitos anos no local.

Essa é a área verde que existe. Quero parabenizar o Secretário e o Diretor, que fizeram muitas ZEPAMs, inclusive, a parte superior dessa área, aproximadamente 50% – está como ZEPAM, há várias nascentes. A área mais próxima também é uma área verde, mas o proprietário, pelo que ouvimos falar, destruiu várias árvores, mas ainda há muita área verde. A rua que vemos à direita ali, não é asfaltada e permeia todo o Córrego Caxingui. É uma área de 400 metros e basicamente em 200 metros estão planejando uma ZEIS. Quer dizer, é praticamente 50% dessa área e gostaríamos que não fosse uma ZEIS, que isso tudo fosse um parque aberto para a Avenida Francisco Morato, permitindo que toda a população da região e todos que viessem pela Francisco Morato aproveitassem a boa infraestrutura de transporte, pudesse ver esse parque. Essa frente na Francisco Morato tem exatamente 80 metros. É onde desemboca e o córrego passa embaixo da Francisco Morato. Pode ser um parque muito bom para toda a Cidade.

São Paulo tem 2,6 metros quadrados de área verde por habitante e o recomendado são 12 metros quadrados por habitante. Uma vez eu ia fazer uma reforma em casa e minha filha disse o seguinte: “Para quê destruir o que está bom, faz nessa parte da casa que não tem nada construído”.

Essa área fica na Eliseu de Almeida. Temos a Francisco Morato, Eliseu de Almeida, Raposo Tavares e depois Vital Brasil. É uma área enorme que não tem nada construído. É um pátio que guarda carros da Chevrolet, está mais próximo da estação de Metrô, está do lado da São Judas Tadeu, do lado da Francisco Morato também, a três quarteirões da Francisco Morato. Uma área em que poderiam ser construídas casas populares. É uma área perfeita para isso. No centro da Eliseu de Almeida há uma ciclovia. Quer dizer, todas as condições para ser

uma área para a construção de prédios.

Esta área, também na Eliseu de Almeida – dois quilômetros mais a frente – tem basicamente um depósito de material de construção, que também é desnecessário na região. E nenhuma área verde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Engenheiro Pedro Logiodice.

O SR. PEDRO LOGIODICE – Boa noite, Srs. Vereadores, sou morador do Jardim Guedala e também vou falar sobre o Parque Linear Caxingui. Um comentário somente, como o Presidente da Mesa disse no início, um pequeno detalhe, uma cor ou uma rua deve ser mencionado para que possa ser corrigido em tempo, antes da aprovação definitiva da lei.

Na região das ruas João Scaciotti, Antonio Arantes, Comendador Adibo Aires e Avenida Roberto Lorens, existem duas áreas verdes contíguas, a Praça Eva Kovacs e o Parque Linear Caxingui em projeto, mas nunca executado. Essas duas áreas verdes têm acesso direto pelas vias mencionadas, permitindo o uso total pela comunidade.

Pode-se verificar no mapa da Subprefeitura do Butantã, consta na minuta do projeto de lei 272/15, a criação de uma nova rua que se inicia na Avenida Francisco Morato, na altura do nº 1.783, ao lado da Rua João Scaciotti, paralela à mesma e termina na Avenida Roberto Lorenz. Essa nova artéria, para ser aberta irá cruzar as áreas verdes mencionadas destruindo parte das mesmas.

A remoção desse trecho de área verde para abertura dessa nova rua é contrária aos interesses da população em geral e dos moradores dessa região em particular, pois estão reivindicando há tempos a implantação definitiva do Parque Linear Caxingui. Além disso, não há nenhuma demanda de tráfego nessa região, o que pode ser observado a qualquer momento com medição no local.

A rua a que me refiro é aquela que sai ali daquela região, dessa linha verde, ela

vem para cá. Esse mapa não é o que está no site da Prefeitura. É muito próximo. Essa rua sai daquela região, vem aqui, faz essa curva e vai para a Avenida Roberto Lorenz. Ela cruza totalmente uma área verde existente. É uma rua sem necessidade de existir e vai ter um custo para a Prefeitura que não tem recursos para aplicar em outras áreas mais necessárias do que essa, mostrando claramente uma grande especulação imobiliária em relação à área de implantação, tanto da ZEIS 5, como da rua em questão.

Muito obrigado.

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa noite, Vereador Paulo Frange, fiquei muito feliz de ouvir sua fala inicial, vou pegar alguns dos meus segundos para me dirigir ao meu Vereador, que agora é Secretário de Cultura. Por gentileza, sugira a ele uma transformação no Conselho de Patrimônio da Cidade de São Paulo. Chamo esse Conselho de Real Conselho do Tombamento. Quem sabe o senhor consiga, nesta reunião, convencê-lo a que tenhamos um novo Conpresp – essa é uma luta de doze anos –, onde haja pelo menos um representante da sociedade civil e alguém de algum movimento, porque é um pouco complicado esse Conselho.

Eu vinha falar daquele único *slide* – como digo – da história da Cultura. Somos 1%, então temos direito a um *slide*. Gostaria de retomar uma colocação brilhante do Secretário de Desenvolvimento Urbano, na primeira audiência – não estava presente, mas ouvi –, é verdade, Secretário, não podemos enxergar a Cidade como ilhas. Isso é um absurdo, que se enxergue a Cidade como ilhas. Temos de enxergar a Cidade como um grande arquipélago.

No entanto, não acredito que essas ilhas e arquipélagos devam se assemelhar todos uns aos outros. No plano diretor nós construímos uma coisa que não consta da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que são os territórios de interesse da Cultura e da paisagem. Acho que a partir do artigo 21 não deveríamos falar em ZEPECs, porque essas ZEPECs nos remetem justamente a essas ilhas.

Deveríamos pensar nesses territórios, especialmente nos que já estão com seus perímetros definidos. O outro, de Jaraguá e Perus, que o mais breve possível possamos fazer

isso, de tal forma que tenhamos várias ilhas na Cidade de São Paulo, verdadeiras ilhas em grandes arquipélagos de Cultura, de forma que possamos construir esta Cidade de outro ponto de vista.

Daniel, também sou proprietário de um imóvel tombado. É impossível o artigo 24, francamente é um problema. Neste exato momento, a minha quadra inteirinha, da Bela Vista, foi demolida. Ninguém sabe o que foi demolido. Constroem um monte de prédios ao lado, não tem fiscalização nenhuma. Não tem mais lençol freático. A Bela Vista inteirinha afunda e solapam as ruas. Vamos ter uma catástrofe, não sei qual será.

Realmente, imputar aos proprietários a manutenção dos imóveis fica um pouco difícil. É necessário que haja uma fiscalização antes, porque só a gente fica meio difícil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Dra. Helena Werneck.

A SRA. HELENA WERNECK – Boa noite. Tenho três questões. Primeira, a necessidade de incorporação. O sistema das áreas verdes previstas na lei de zoneamento, a questão das áreas de várzea dos rios canalizados. Apesar dos rios, como já está sobejamente conhecido de todos, encontram-se por baixo da área urbanizada, a função da várzea continua sendo de importante área de permeabilização e de manutenção dessas áreas de rios.

A intenção é ter um cadastro mais claro, porque essas áreas, como se veem mais os rios, não são claramente identificadas. E conseqüentemente passam a ser utilizadas de uma maneira discriminatória, sem nenhuma questão relativa à função que deveria ter de manutenção do recurso hídrico. Um claríssimo exemplo disso, a área do Cambuci, do Tamanduateí, que ninguém vê, obviamente, está embaixo do chão, mas a área continua sendo a mesma coisa. Ou seja, a água sempre chega e a área é permanentemente inundada, só que está sendo utilizada de várias maneiras que não permitem a absorção nessa área.

A inclusão dessas áreas é fundamental, até porque elas representam sim áreas

necessárias para equipamentos públicos. Como não são claramente identificadas também não são lembradas na hora que se tem necessidade da construção de um equipamento público.

Segunda questão, a necessidade de inclusão nos critérios para utilização da possibilidade de desafetação das áreas de bem de uso comum do povo em bens nominais. Isso para sua possível utilização na construção de equipamentos públicos. Há aceitação por parte dos planos regionais e dos planos das subprefeituras e dos planos de bairro. Porque se não for feito isso, tanto os planos regionais das subprefeituras, quanto os planos de bairro não terão utilização nenhuma, porque ninguém vai poder mais opinar em nenhuma modificação do uso do território, na medida em que isso já foi aprovado na lei de zoneamento.

Por último, a definição de corredores verdes por Distrito, tendo em vista a necessidade ou a possibilidade de manutenção de áreas verdes privadas que podem ser utilizadas e têm uma função importante nos equilíbrios regionais.

Digo isso porque sou do Conselho Participativo, do Distrito da Consolação, e lá há o Spac, clube inglês, localizado no meio do coração da Consolação, em seguida tem o que seria, possivelmente, o Parque Augusta e outras áreas verdes que poderiam ser preservadas, ainda que privadamente, mas contribuindo com a questão ambiental, regional.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Carlos Alexandre, da Associação Viva Leopoldina.

O SR. CARLOS ALEXANDRE – Senhoras e senhores, boa noite. Sr. Relator, Daniel, Sr. Secretário, Srs. Vereadores e Sr. Presidente, muito boa noite.

Vim diversas vezes para falar sobre a Vila Leopoldina, mas hoje quero falar sobre a Vila Jaguara. Há um grande movimento chamado Movimento Contra o Lixão da Vila Jaguara, formado por pessoas que querem as ZEISs num terreno que hoje é utilizado pela Loga e que está programado para ser uma estação de transbordo de lixo. Realmente é um absurdo colocar lixo aonde as pessoas querem e merecem moradia. Isso realmente é um absurdo.

Sei que é cansativo fazer plano de bairro, Plano Diretor, essa coisa toda, é um trabalho que os senhores fazem, tenho certeza, com muito carinho. O povo está aqui para quê? Para corrigir eventuais desvios. Então, vamos lá, a Vila Jaguara precisa de uma ZEIS naquele terreno. Está errado colocar lixo ali. Vão tentar justificar essa medida de mil maneiras, parece que ali há a Natura, JBS, a Loga, mas é errado colocar lixo no lugar onde o povo quer morar.

Em contrapartida, quanto ao terreno da CMTC, que tenho falado, já tive a oportunidade de entregar um documento ao Sr. Secretário – o Sr. Relator eu conversei rapidinho –, mas surgiu um dado novo. O último relatório da Cetesb, além da contaminação por combustíveis, aponta agora a contaminação por hidrocarbonetos.

Tenho um estudo de uma revista científica, que vou ler um trecho: “... de maneira geral, tanto os HPAs, os hidrocarbonetos, quanto seus derivados estão associados ao aumento da incidência de diversos tipos de cânceres ao homem”. E vocês não têm ideia como os hidrocarbonetos são perniciosos. Então, seja por respirar, por contato ou mesmo por engolir água e tal.

Por isso aquele terreno não é próprio para moradia. Estamos acompanhando isso de perto, inclusive com o pessoal técnico. Gente, não custa nada. Propomos a transformação do terreno da CMTC em uma Zona de Recuperação Ambiental e o da Jaguara, que o pessoal quer colocar lixo, se transforme numa ZEIS. Com certeza dá para colocar muito mais gente, porque não existe apenas aquele terreno de medida equivalente, mas há outros ao lado que cabe muita gente e dá pra montar uma baita infraestrutura, inclusive ao lado de uma estação de trem. Vi outro dia que o Sr. Prefeito disse que a questão do transporte é importante, por isso digo que é ao lado, na rua ao lado.

Finalizando, a Organização Mundial de Saúde declara que 12m² de área verde é o ideal para cada habitante. Em São Paulo, no último dado que vi, há 2,6m², se retirarmos as pontas, como justamente os meninos do Parque dos Búfalos estão tentando preservar. Contem

com nosso apoio também para isso.

Gente, precisamos ajustar e confio que os senhores farão isso.

Muito obrigado. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Ainda há 28 inscritos, depois vamos ouvir as falas da mesa. Vou garantir a palavra a todos.

Com a palavra o Sr. José Raimundo, do Conselho Participativo Campo Limpo.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO – Boa noite a todos e a todas. Sou Conselheiro Municipal da Subprefeitura do Campo Limpo.

Minha proposta, senhores e senhoras, é que os córregos, que hoje são um problema, poderão ser parte da solução da Cidade. Basta que na legislação se coloque que quando for feita a drenagem, um percentual de 25% seja obrigatoriamente um parque linear. Portanto se tivermos um córrego de 4km, pelo menos um quilômetro seria de parque linear.

Com relação ao Córrego dos Freitas, que faz a divisa entre o Capão Redondo e o M'Boi Mirim, a Subprefeitura do Campo Limpo e a do M'Boi Mirim, existe a previsão de ele ser drenado, já há um compromisso com o Governo Federal de dinheiro para isso. Minha sugestão é que da sua nascente até a Rua Comendador Antunes dos Santos não se faça viário nas margens e que seja sim um parque linear. O restante do córrego, os senhores analisam se realmente deve ter viário ou parque linear. Mas, pelo menos nessa parte por mim citada que seja feito um parque linear.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. Com a palavra o Sr. Fernando Macena de Lima.

O SR. FERNANDO MACENA DE LIMA – Boa noite. Sou servidor da Funai, Fundação Nacional do Índio.

Estou aqui para falar da importância de se registrar, dentro da Lei de Zoneamento, a definição de terra indígena, porque elas são áreas federais. Em São Paulo há a Terra

Indígena Jaraguá, na zona Norte, e a Terra Indígena Tenondé Porã, na zona sul. Elas são áreas federais e possuem legislação específica, por isso tem de estar marcado dentro da Lei de Zoneamento. Preocupa-nos, especificamente, uma área ao norte da Terra Indígena Jaraguá, que está marcada no novo Plano Diretor como Macroárea de Estruturação Metropolitana, onde é permitida a exploração industrial, entre outros tipos de uso, e não condiz com essa área que deveria ser de preservação. Inclusive é uma área de amortecimento do Parque Estadual do Jaraguá.

No intuito de ressaltar a questão da definição de terra indígena, na Lei de Zoneamento, que coloco o seguinte: “As terras indígenas tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”, de acordo com o artigo 231, da Constituição Federal. Para efeito da Lei de Zoneamento, deve-se considerar que essas terras são inalienáveis e indisponíveis.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Com a palavra o Sr. Leandro Silva Batista, do Conselho Participativo Freguesia do Ó/Brasilândia.

O SR. LEANDRO SILVA BATISTA – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente Gilson Barreto.

Venho falar sobre a ZEPEC, a importância da preservação cultural, patrimonial e da memória da Cidade de São Paulo e seus bairros. Quem anda pelo centro da Cidade verifica, com muita facilidade, como estão sendo tratados os nossos monumentos, as nossas fontes e a história da nossa Cidade.

Faço parte do Conselho Participativo Municipal da Freguesia do Ó/Brasilândia. Participo da igreja católica daquela região, Região Episcopal Brasilândia e estamos lutando para que a ZEPEC de lá não seja apenas preservada como podemos também discutir a Resolução 46/92 do Conpresp para ampliação da poligonal de proteção, pois essa mesma

resolução por si só não basta.

A Freguesia do Ó vem sofrendo, nos últimos anos, diversos ataques ao seu patrimônio e à sua história. A caixa d'água, há mais de uma década, foi derrubada e em seu lugar foi colocada uma torre de celular. No último ano, por causa da Copa do Mundo, sobre a desculpa da Copa do Mundo, o Conpresp autorizou uma reforma na praça que retirou o Mosaico Português, que sufocou – por concreto – as guias que lá haviam e que faziam parte da história do bairro.

Acredito que o Conpresp foi induzido ao erro, pois não é possível que tenha sido cúmplice desse crime patrimonial, sem falar que ao final das obras, o marco da praça não retornou para o seu lugar. Há um requerimento do Conselho Participativo Municipal que foi protocolado lá na Subprefeitura, requerendo explicações sobre isso.

Então o que pedimos é que essa Resolução 4692 seja revista, ampliada e fortalecida por meio da ZEPEC, pensando na sua ampliação, abrangendo ali a rua da Balsa, a Enéas Carlos Barbante e a marginal do Rio Tietê sentido Castelo Branco, pois no alto daquela colina está a Igreja Nossa Senhora da Expectação, de 1901.

O bairro da Freguesia do Ó completa esse ano 435 anos e ele tem uma vocação econômica, por meio do patrimônio e do comércio no entorno.

Então uma preservação cultural ali vai atrair desenvolvimento sim, vai preservar a história do bairro e vai atrair pessoas. É possível, inclusive, atrair visitas para a praça. O Sesc tem, eventualmente, realizado programas-passeios contando com o apoio do Diácono Camargo que faz um *tour* com as pessoas. E, lá, elas almoçam, visitam a paróquia e deixam dinheiro.

Temos visto ainda ocorrer na nossa região, no nosso bairro, é que outros usos têm sido dados à praça e o problema nem é esse uso dado, mas é que esse uso ocorre por falta de esportes, lazer e cultura, por falta mesmo de um parque.

Nós temos, ali, a Serra da Cantareira, em frente a nós, mas não temos como

acessá-la nem como utilizá-la como área de esporte, cultura, lazer, recreação, entre tantas atividades.

Então é esse o nosso pedido aqui, faço um pedido de encaminhamento que tenhamos uma audiência pública para tratar especificamente da questão da Cultura, pois, lá no nosso território, nas audiências públicas, a ZEPEC sequer foi citada e, aqui, só foi pincelada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor, Sigildes Bacellar Francisconi.

Está aí?

A SRA. SIGILDES BACELLAR FRANCISCONI – Sim. Vim aqui especialmente para pedir a confirmação de ZEPAM para uma área que é ZEPAM e está sendo invadida com construções rápidas. Estão construindo galpões na área e estão alugando esses galpões.

Então é preciso que ela seja preservada, apesar de já termos feito várias ações. O pessoal da área, os moradores mesmo fizeram vários pedidos através do 156 e a fiscalização nada faz. Continuam construindo já há alguns anos. E estão construindo cada vez mais. Fica na Alex Jafet entre os números 2093 e 2600, que era uma antiga fazenda.

Estou pedindo, aqui também, para confirmar as ZEIS que está sendo colocada no número 2055, e que já uma área que, quando comprada, já era ZEIS e quando terminou de ser paga, ela passou a ser ZEPAM em 2002 e agora estamos lutando para transformar, pois já é uma área construída e habitada. Não tem jeito.

Não ia falar sobre esse assunto, mas vou falar agora, porque foi colocada e é sobre os artigos 27 a 34 sobre construção de equipamentos públicos em áreas de ZEPAM. O que acontece é que durante todas as conferências de Assistência Social, Educação e Saúde foi discutido que grande parte das ZEPAMs não tem mais área verde nenhuma, não tem mais planta lá dentro. Está sendo adensada e com muitas construções, inclusive, cheia de asfalto e, no entanto, não se pode construir um CRAS ou uma escola ou uma creche perto dos lugares onde as pessoas já moram há muitos anos, porque o zoneamento não permite. Esse é o

problema.

Por isso, o assunto entrou nas conferências, quando foram colocadas essas propostas, mas vocês sabem que propostas aprovadas em plenário de conferências têm força de lei e é acatado pelo Judiciário.

Posso dar o exemplo da Cidade d’Abril 3. É uma área que não tem regularização e, no entanto, é muito adensada. Estou falando sobre isso.

E essa área que estou pedindo para ser preservada possui árvores nativas, vegetação nativa, macaquinhos, siriemas, lagartos com mais de um metro de comprimento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sra. Malu Ribeiro, SOS Mata Atlântica.

Peço desculpas que era a 13ª a falar e eu passei batido.

A SRA. MALU RIBEIRO – As falas foram muito expostas pela sociedade. Foram excelentes apresentações.

A SOS Mata Atlântica vem, nesse momento, reiterar um documento que protocolamos sobre a importância Municipal da Mata Atlântica.

Esse plano foi aprovado por V.Exas. no Plano Diretor de São Paulo como um instrumento que precisa ser integrado à lei de zoneamento. Nós entregamos um mapa feito pelo INPI, pela SOS Mata Atlântica para as Secretarias: de Desenvolvimento Urbano, do Verde.

Foram realizadas, desde então, desde o protocolo da SOS, mais de quarenta reuniões de trabalho públicas, com a população, onde vários dos que estão aqui e nos antecederam, destacaram a importância dos parques lineares, das áreas verdes, da resistência da sociedade em garantir parques como o dos Búfalos, o Parque Augusta, da sociedade se apropriar das áreas.

E a SOS volta a chamar a atenção em relação aos eventos climáticos extremos que estamos vivenciando; à capacidade de resiliência no enfrentamento das mudanças do clima.

Muito se falou em crise da água, mas só uma das pessoas que se manifestaram falou da questão das enchentes. E nós temos picos extremos, em São Paulo, do ciclo hidrológico, ou secas extremas num processo de clima de deserto e um gravíssimo problema de Saúde Pública. Ou ainda grandes enchentes: em cinco minutos – às vezes dez minutos – de temporal, há enchentes nas nossas antigas áreas de várzea.

Então, nesse sentido, os parques lineares conectando os dois extremos de áreas verdes de Mata Atlântica da região metropolitana de São Paulo – e das cidades entre a zona Norte e a zona Sul – são nossa possibilidade de integrar as áreas verdes, de humanizar os bairros, sobretudo o Centro da Cidade, e não permitir que projetos arquitetônicos, faraônicos – como esse que visa mudar o Vale do Anhangabaú – sem, muitas vezes, renaturalizar rios, revitalizar várzeas, venham trazer erros que nós já cometemos no passado. E o projeto de lei prevê a construção de sistemas viários nas áreas de preservação permanente. Então, excluir isso do texto legal para garantir a qualidade ambiental da Cidade e a qualidade de vida de todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Próximo orador é Arnaldo de Melo.

O SR. ARNALDO DE MELO – Boa noite a todos.

Vou falar rapidamente sobre o Parque Augusta.

Incomodou-me um pouco a fala inicial do Sr. Vereador que talvez tenha colocado importância demais sobre a expectativa que S.Exa. tem do Conpresp. No dia 16 de janeiro foi aprovado o projeto das construtoras Cyrela e Setin pelo Conpresp, pelo seu conselho, e no dia seguinte, nos jornais, a fala de um de nossos professores mais consagrados naquilo que é o assunto da história da arquitetura e do urbanismo na Cidade de São Paulo, Professor Benedito Lima de Toledo, disse no *Estadão* que o Conpresp – por ter aprovado os prédios no Parque Augusta – era um órgão inoperante e precisava acabar.

Desde então eu coleí com o Sr. Benedito, com os meus parceiros que ocuparam o parque nos meses de janeiro e fevereiro e me aprofundei naquilo que o Conpresp não foi capaz de fazer porque eles são 55 técnicos – como vocês aqui têm 55 Vereadores – portanto eles não são capazes de levar com aprofundamento pesquisa que possa embasar o tombamento de um determinado terreno, tampouco a aprovação de projetos feitos às pressas. Portanto, não podemos ter pressa sobre o Conpresp porque no correr da carruagem eles tampouco estão dando conta de fazer um trabalho mais pormenorizado.

A partir de março deste ano, aderido à ocupação dos jovens com o organismo Parque Augusta que estavam no terreno, eu me levei a fazer pesquisas históricas em torno de arquivos públicos, papéis de mais de um século trazendo alme o histórico do terreno, a construção do Palacete Ushoa, do Colégio Des Oiseaux, – demolidos na década de 70 – caídos nas mãos de outros proprietários que sempre pretenderam construir no terreno.

Esta pesquisa se desdobrou levando em consideração hipóteses como o muro que divide o Parque Augusta da Rua Augusta. Em arquivos outros, além do histórico municipal, como também da Siurb, eu pude entender que na Rua Augusta um rio encanado no passado desaguava sobre o terreno e, portanto, fazia desse muro divisor, um muro hidráulico. Isso não foi objeto de atenção do Conpresp para o tombamento.

Gostaria de enfatizar que temos de ir devagar com a expectativa que temos sobre o Conpresp. Não dá para admitir este Conpresp que está aí porque tampouco o Conpresp é um órgão que considera a participação da sociedade civil, que sabe opinar sobre o terreno que se conhece. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Próximo orador é Mario Bortoto.

O SR. MARIO BORTOTO – Boa noite.

Estou trazendo em nome da Universidade Livre e Colaborativa, da região de Perus, uma proposta para delimitar o território de interesse da cultura e da paisagem, aprovado no

Plano Diretor no ano passado.

Estamos propondo o distrito do Jaraguá, Perus e Anhanguera. Precisamos regulamentar esse território. Lá existem os Parques Anhanguera, maior parque municipal da Cidade de São Paulo; o Parque Estadual Jaraguá, que infelizmente está em fase de privatização; Parque da Serra da Cantareira; Parque Pinheirinho D'Água, que fica no distrito de Jaraguá. Além disso, na região, temos a Ferrovia Perus-Pirapora tombada pelo patrimônio histórico, assim como a primeira fábrica de cimento do Brasil, em Perus, e outros patrimônios.

Estamos pedindo a regulamentação desse território e das aldeias de Jaraguá que recentemente o Ministro homologou uma portaria, que ainda não é uma luta terminada, mas que já foi uma grande vitória com um grande movimento que fizemos para termos a demarcação incontestada da terra indígena Jaraguá anotada no PDE e homologada pelo Ministério da Justiça.

A fábrica de cimento de Perus foi delimitada como um parque no Plano Diretor: Luta dos Queixadas, mas na Lei de Uso e Ocupação do Solo foi transformada em Zona Mista Ambiental e não como ZEPAM.

Então, pedimos que isso seja revisto porque precisa ter uma zona de abastecimento da fábrica de cimento com a sua área envoltória, que é um bem tombado que está quase tombando – foram trinta anos de movimento para transformar essa fábrica em um centro de cultura e memória de trabalhador.

É isso que queremos para nossa região porque é uma das regiões que ainda tem uma grande área verde e, com o zoneamento, precisamos preservar essa região da Cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Ângela Oliveira. Ângela está presente? (Pausa) Não.

Sr. Elenito Marques. Está aí? (Pausa) Não.

Euler Sandeville.

O SR. EULER SANDEVILLE – Boa noite.

Venho dar continuidade a fala que o Mario acabou de fazer. Esse trabalho que está sendo realizado na área do território Jaraguá/Perus tem uma série de estudos. Protocolamos dois documentos, o primeiro, justificando a delimitação do território Jaraguá/Perus, suas implicações ambientais, culturais e de desenvolvimento local. Ele vem assinado por diversos movimentos da região. O outro documento é relativo a questões que consideramos que necessitam de mais discussão na Lei de Uso e Ocupação do Solo, entre elas as que o Mario já citou.

Chamo a atenção que talvez merecesse dentro da ideia de ZEPAM todos os rios e remanescentes de mata da Cidade deveriam ser incluídos não só como ZEPAM, mas em uma categoria especial de ZEPAM.

A ZEPAM tem uma função mais ampla em determinadas regiões, mas esses fragmentos e os cursos d'água precisam ser claramente delimitados para que haja inclusive a possibilidade inequívoca de monitoramento e acompanhamento a partir do momento em que estamos. (Palmas)

Lerei o documento: “Indispensável que se definam as responsabilidades municipais pelo monitoramento das condições ambientais e disponibilização dos bancos de dados e cartográficos referentes. Não fazer isso favorece a depredação e a supressão dos fragmentos remanescentes e dos cursos d'água no Município”.

Especificamente, com relação à lei na região do território Jaraguá/Perus, notamos alguns problemas. Por exemplo, um parque previsto no Plano Regional de 2004, que consta como de compensação do Rodoanel ou como Parque do Rodoanel, desapareceu. O parque inteiro desapareceu na região, assim como também outros parques no Ribeirão Santa Fé, no próprio Ribeirão Perus e outros que não tiveram sequência. O Plano Diretor, na área, incluiu alguns parques importantes: o Luta dos Queixadas; o Parque nas Cavas de Ouro do Jaraguá; o Parque do Fogo. Mas algumas coisas importantes desapareceram e isso precisava ser

revisto. A própria conexão entre o Parque Pinheirinho D'Água. Aqui se tem o Parque Ribeirão Perus. Aqui o parque Luta dos Queixadas dando no Rio Juqueri e aqui o Parque Pinheirinho D'Água. Esse miolo ficou faltando. Não há proteção. Então, há uma série de questões levantadas, por nós, em um documento.

Outra questão importante diz respeito à zona industrial. De certa forma, pelo menos as pessoas que estão articuladas concordam com a zona industrial na região e com outras áreas de desenvolvimento. O grande problema é que essas áreas não estão qualificadas como estando em um contexto habitacional extremamente vulnerável, sem viário compatível e em uma área de proteção ambiental do Município. Isso precisa ser corrigido.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Gilda Pimentel, de Pirituba. (Pausa) Ausente.

Tem a palavra o Sr. Zundi Murakami, de Parelheiros.

O SR. ZUNDI MURAKAMI – Sou Zundi Murakami, produtor de banana orgânica, em Parelheiros. Conheço muito bem a região. Moro lá há setenta anos.

Peço aos Srs. Vereadores para que vejam com mais carinho a nascente de água de Parelheiros, que está sendo poluída, e também a Guarapiranga, que está morrendo. Billings, nem se fala!

Portanto, peço para que os senhores olhem com mais carinho para as nascentes e que haja uma fiscalização.

É só isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Parabéns.

Tem a palavra a Sra. Sandra Mara.

A SRA. SANDRA MARA – Boa noite a todos. Meu nome é Sandra. Sou Arquiteta. Estou representando o MAVA – Movimento de Amigos da Vila Anglo e do Jardim Vila Cruz, e o Círculo de Cidadania de Sampa.

Acho que essa discussão sobre a mudança na Lei de Zoneamento é uma oportunidade incrível para fazermos uma reflexão sobre a Cidade que temos e a Cidade que queremos. São Paulo é uma Cidade fruto de um crescimento desordenado, predatório, em que os interesses privados sempre se sobrepõem aos coletivos. Portanto, este é o momento de voltarmos a pensar a Cidade como um bem comum. Não podemos deixar que os interesses da especulação imobiliária e da indústria automobilística – que sempre foram decisivos na produção do espaço urbano de São Paulo – continuem fazendo a nossa história.

O fruto dessa forma de ocupação do espaço, totalmente subordinado a esses interesses, resultou em uma Cidade desconexa, fragmentada, em uma colcha de retalhos cheia de vazios urbanos. Então, o que temos de fazer hoje é pensarmos, de forma estrutural, como é que enfrentaremos esse caos que a Cidade virou.

Uma questão que já foi colocada aqui por algumas pessoas, e que gostaria de retomar, é a questão do Centro. O Centro de São Paulo é uma área estratégica, não só por seu valor simbólico, pela história que carrega e identidade que tem, mas também por todo investimento público que já está concentrado nessa área, em termos de infraestrutura, equipamentos e tudo mais – e tudo isso está sendo extremamente subaproveitado.

Em São Paulo, como um todo, temos em torno de trezentos mil imóveis desocupados, inúmeros vazios urbanos. Só no Centro já temos quase trinta mil imóveis vazios. Então, para que construir mais prédio? Essa é a minha pergunta. (Palmas)

Então, vejo isso, mais uma vez, como uma reafirmação desse vício que norteou a história de São Paulo, de sempre sobrepôr os interesses privados aos coletivos. Enquanto não acabarmos com isso, de financiamento privado de campanha, as empreiteiras é que mandarão neste País, como estamos vendo. (Palmas)

No bairro em que moramos, temos feito assembleias populares todos os domingos, às 10h. Estamos com um projeto interessante de ocupação de uma praça com uma feira de produtos orgânicos e artesanato ecológico.

Só para fechar. O Metrô já está saturado, então essa coisa de colocar o compasso em cima de estação de Metrô e dizer que: “Em 600 metros vamos verticalizar para otimizar esse equipamento” é uma mentira, porque ele já está saturado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Aurélio Prates, Parque dos Búfalos.

O SR. AURÉLIO PRATES – Boa noite a todos. Meu nome é Aurélio. Sou morador de Cidade Ademar/Pedreira, região da zona Sul de São Paulo – região densamente povoada, com mais de 422 mil habitantes e que não dispõe de um único equipamento de Cultura.

Vou repetir, porque já estive aqui. Os senhores relatores já me conhecem, já estiveram em Cidade Ademar. Então, quando ouço um dos senhores relatores falar que: “É preciso conjugar as relações do meio com o social” dá para ver que eles não entendem que nós somos meio, nós somos fauna, nós somos água.

Portanto, nós, que vivemos na Cidade, defendemos as áreas verdes, as ZEPAMs. Queremos que o Parque dos Búfalos seja 200% verde, porque há mais de trinta anos a incorporadora destrói a nossa mata: os resquícios de Mata Atlântica, a Mata Ciliar da Represa Billings e as dezoito nascentes.

Ontem, domingo, fizemos o 7º Festival de Defesa do Parque dos Búfalos. Fizemos uma caminhada. Ainda, eu, Aurélio Prates Rodrigues; Wesley e o Dr. Virgílio, Ambientalista, estamos sendo processados pela incorporadora por plantarmos árvores em APP – Áreas de Preservação Permanente. Ou seja, os Srs. Vereadores têm de entender, também, que os senhores não têm pessoas para fiscalizar o Plano Diretor. É óbvio que a Prefeitura está sucateada em diversas secretarias. Cultura, por exemplo, nem vou falar nada, porque está à margem de tudo. Uma região com seus 422 mil habitantes e que foi o cativeiro do ex-prefeito Celso Daniel, está na mão da Ingaí Incorporadora EMCCAMP S/A, que é investigada no Rio de Janeiro por trabalho escravo por questões ilícitas na campanha do Sergio Cabral. Caros moradores da Cidade de São Paulo, é óbvio que nós estamos nas mãos da especulação

imobiliária das construtoras que devastam o que há de verde. Senhores Vereadores pergunte ao plantador de banana orgânica, aos indígenas e aos moradores da Cidade como se deve preservar. Vocês devem abolir do dicionário dos senhores a palavra compensação ambiental. Isso é uma vergonha, uma grande falácia no século XXI. Estamos longe de ser sustentáveis. Se os senhores têm respeito à cadeira que sentam, os senhores estão aí, porque a Cidade os colocou aí. Senhores Vereadores respeitam a cadeira que os senhores sentam. Nós sabemos o que é preservar, os senhores não sabem.

– Assume a presidência Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Fernando Salvio.

O SR. FERNANDO SALVIO – Boa noite a todos. Vejo muitos amigos aqui e fico feliz em estar presenciando esse momento. Momento de felicidade em ver que as pessoas estão fazendo algo por elas mesmas. Pelos seus filhos, netos, e tentando reverter uma situação de há vários anos, de decisões equivocadas, transformando nossa Cidade no que estamos vendo. Uma Cidade seca, poluída etc... Uma coisa que me veio em mente foi uma frase que dita por um índio, ou talvez, um americano nativo, diz o seguinte: “O que vocês chamam de recursos, chamamos de nossos irmãos. Eles são o povo em pé. São as árvores”.

Venho da Vila Ema, temos um movimento que quer preservar essa área da Vila Ema, é um terreno de Mata Atlântica que tem uma nascente. Descobrimos recentemente que passa por baixo dele um afluente do Córrego da Mooca, que dá lá no Tamanduateí, e que tem muitas enchentes lá. Vocês devem lembrar-se das últimas chuvas, as inundações que ocorreram na Vila Prudente. É um lugar que inunda e ali é uma região que os 18m² seguram muita água. Lá foi marcada como ZEPAM, no Plano Diretor e meu pedido, como de todos, é que se mantenha essa ZEPAM, mantenham todas as ZEPAMs do Plano Diretor. Temos também, muitas abelhas nativas que ninguém nem sabe que existe, mas tem abelhas nativas naquele terreno. Diversos tipos de pássaros, mais de trinta como: tucanos, maracanãs, carcará, falcão de coleira, Pica-pau, bem-te-vi, beija-flor, Quero-quero, João de Barro, coruja,

mandarim, coleirinha, sabiá, corruíra, caga-sebo, pardal, tico-tico, urubus, fogo apagão, chupim, sanhaço, andorinhas e morcegos e deve ter muito mais que sabemos. É isso.

Espero que eu tenha sensibilizado a todos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Ernesto Akio.

O SR. ERNESTO AKIO – Boa noite a todos e a todas. Antes de iniciar a minha fala, quero fazer um protesto.

Protestamos aqui pela ausência do Secretário Municipal de Cultura, Sr. Nabil Bonduki. Cadê o Nabil? (Palmas) Protesto pela ausência do novo Secretário Municipal do Meio Ambiente. Qual é o nome dele mesmo? Não sei, era o Sr. Wanderley Meira.

O SR. ROMILDO CAMPELLO – Sou o Adjunto e estou presente desde o início da audiência.

O SR. ERNESTO AKIO – É um prazer. Não o conhecia. Como se chama o titular da pasta?

O SR. ROMILDO CAMPELLO – É o Sr. Tadeu Candelária.

O SR. ERNESTO AKIO – Por que S.Exa. não está aqui?

O SR. ROMILDO CAMPELLO – Porque eu vim.

O SR. ERNESTO AKIO – Ok. Está bom. Feitos os protestos. Gostaria de lembrar que, como sociedade civil, estamos pedindo reforma política há muitos anos e o modelo de audiência pública, neste formato, não nos atende. É um grande teatro, porque sabemos que o urbanista de São Paulo e de todas as cidades do Brasil é o capital. Foram as empreiteiras que pagaram as campanhas dos senhores que estão sentados com os bumbuns nas cadeiras dos nossos lados aqui. Sessenta e cinco por cento da campanha do nosso Prefeito foi pago pela empreiteira e dos seus rivais derrotados também. Então, as empreiteiras e construtoras é que pautam a agenda de São Paulo, do Estado de São Paulo e do Brasil.

Feito esse contexto, estamos participando de um teatrinho. Pedimos respeito às Zonas de Proteção Ambiental, que estão colocadas na lei. Quero lembrar uma delas: o Parque

Augusta. Existe uma lei municipal dispendo sobre o Parque Augusta, senhoras e senhores, a Lei 15.941, sancionada pelo Prefeito Haddad de forma sensacionalista no Natal de 2013 e, passados quase dois anos, o Parque Augusta está mutilado por tapumes e ameaçado pela construção de cinco prédios. Nos dia nove de maio de 2014, o Sr. Prefeito se reuniu com o dono da construtora Setin e praticamente autorizou a construção dos prédios. A sociedade civil é que impediu a construção de prédios até agora.

Isso é uma vergonha. Estamos aqui, numa audiência pública de zoneamento, para pedir algo que já deveria ter sido feito. O Parque dos Búfalos sem prédios, sem comentários, tem água. Estamos com 14%, o sistema Cantareira... O Sr. Geraldo Alckmin é outro mentiroso, porque deveria ter decretado o racionamento e mentiu falando que tinha água para ganhar as eleições. (Palmas) E, na questão federal, com relação à demarcação das terras indígenas, o Governo Dilma foi o que menos fez terras indígenas no Brasil. É uma vergonha.

Por isso nós, que estamos aqui até às 22h, temos de tomar o poder. A revolução somos nós. E redução de maioria penal não vai resolver o problema de violência coisa alguma. Viva as bicicletas e as ciclovias. Parabéns, Prefeito Haddad. Parabéns pelas ciclovias. Se forem construídos prédios em área de parques, se não houver pontos de cultura e Zona Especial de Preservação Cultural não adianta nada ter bicicleta, não ter cultura e nem parque.

Viva a água. A revolução somos nós. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Com a palavra o último orador, Sr. Fernando Beltrame.

O SR. FERNANDO BELTRAME – Boa noite a todos. Trabalho na campanha “Sou Resíduo Zero”, que busca disseminar a não geração de resíduos e também a gestão correta desses resíduos. Sou voluntário da Rede Nossa São Paulo, do grupo de trabalho do meio ambiente. Também assinamos o manifesto pelo direito à Cidade e gostaria de chamar a atenção para um dos tópicos desse manifesto, citado inclusive pelo Vereador Gilson Barreto, que fala do aprimoramento do capítulo que trata das áreas públicas e do sistema de áreas

protegidas, áreas verdes e espaços livres e também dos critérios para a implantação de equipamentos sociais.

A instalação de equipamentos públicos, em áreas públicas, não pode ser tratada como uma regra e sim como uma exceção. Exigimos que para a instalação de tais equipamentos nessas áreas seja assegurado o necessário controle social por meio dos conselhos participativos e gestores como os próprios CADs regionais.

Pegando o gancho da Malu, da SOS Mata Atlântica, a preocupação socioambiental é uma questão de direitos humanos, então, isso deve ser levado em consideração em todos os debates.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Adauto José Durigan, desculpa, não o vi e nem os companheiros do fundo. Esta folha estava separada. É a folha de número 13.

O SR. ADAUTO JOSÉ DURIGAN – Boa noite a todos.

Vimos aqui para defender a manutenção da ZEPAM na antiga usina de compostagem, que tem um terreno da Sabesp em conjunto. Na verdade, soma-se aquele parque, que é o Orlando Villas-Bôas ao Parque Villa Lobos, que é ao lado.

Em outras palavras, a Vila Leopoldina tem bastante área verde. Não falta área verde na Vila Leopoldina, desde que a gente tenha Orlando Villas e o Parque Villa Lobos, que é do lado. Tem a discussão da desativação do CEAGESP para a implantação também de uma área verde.

Nós também estamos defendendo aqui, como defendemos na discussão das ZEISs, a manutenção da ZEIS 3 no terreno da CMTC porque temos de dar moradia decente para a população e não jogar a população para a periferia. Respeitamos as posições contrárias à questão da ZEIS 3 ali, só que a área está sendo descontaminada. A Prefeitura contratou, na gestão Kassab ainda, uma empresa que está trabalhando desde 2013 e será concluído no final

deste ano ou começo do ano que vem. Está sendo feito e está sendo correto.

O relatório, que foi apresentado aqui, da CETESB é de dezembro de 2014. Eu sugiro, inclusive, se tiver alguma dúvida, estamos trabalhando com muita transparência e objetividade, que a própria Câmara convide a empresa que está contratada pela Prefeitura – é uma empresa de Bragança e nós temos o contato com o técnico. O Eduardo, que é assessor parlamentar, também tem o contato com o técnico para explicar o trabalho que está sendo feito. Na verdade, está tendo muita falácia em relação a essa questão da contaminação, muita conversa atravessada que não ajuda nesse processo.

Por outro lado, é importante a Associação Vila Leopoldina também se definir se vai batalhar na questão da contaminação ou vai batalhar por um equipamento social porque na reunião do Conseg da Vila Leopoldina, o Presidente da Associação Vila Leopoldina, defendeu nesse terreno a sede do 4º Batalhão da Polícia Militar. Se o local está contaminado, como é que propõe a sede do 4º Batalhão ali e uma sede do Corpo de Bombeiros também? Eu estava presente no Conseg da Vila Leopoldina e está em ata. Então, tem de definir isso.

Nós queremos defender que não haja nenhuma ZEPAM a menos. Enquanto fórum social da Vila Leopoldina nenhuma ZEISs a menos, mas uma a mais que seria no terreno onde a Loga quer montar o transbordo na Vila Jaguara. Defendemos uma ZEIS a mais, além das que já estão previstas.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Sérgio Reze. (Pausa). Denise Schmitt. (Pausa). Riva Beatriz. (Pausa). Alexandra Swerts.

A SRA. ALEXANDRA SWERTS – Boa noite, Vereadores. Boa noite a todos que resistiram aqui em solidariedade. Quando a gente fala de meio ambiente, falamos sobre uma gestão de risco à vida da humanidade.

Na reunião do CPOP discutimos o orçamento da Cidade de São Paulo para a

preservação das áreas verdes. Temos 0,4% do orçamento da Cidade, que é menos do que 1% de Cultura, e figura nos outros. É bem pouquinho.

Preocupa-me, então, o uso das áreas verdes para instalação de equipamentos públicos porque as que não estão preservadas tudo bem, mas no último ano sofremos muito com os contratos de manutenção. Os parques não têm manutenção e sofrem com isso. O Parque Vila dos Remédios, Parque Leopoldina Orlando Villas-Bôas está fechado, óbvio, mas até o Viveiro do Manequinho Lopes não tem mudas.

Então precisamos prestar muita atenção, se instalarmos os equipamentos públicos eles deixarão de ser parques, pois aos poucos a manutenção do parque, que já é pequena, vai deixar de existir para dar vida aos equipamentos públicos ali instalados. É preciso uma avaliação bem profunda.

Também quero pedir a implantação definitiva do Parque Leopoldina Orlando Villas-Bôas na área definida por lei. E reserva de uma área de recuperação do encontro rios Pinheiros e Tietê, na ZOE prevista na área do Ceagesp. Essa área precisa prever a drenagem da Leopoldina, preservar a memória do rio e esse encontro importantíssimo que acontece na Leopoldina trouxe essa região para o centro das mudanças para daqui a vinte anos. Precisamos ver como esse rio poderá ser ressuscitado naquele trecho.

Peço também pelo Parque Linear do Parque Continental, divisa com Osasco. E, por último, acho que tem de ter moradia. Uma ZEIS a mais no Jaguará e não abrimos mão da nossa ZEIS na Vila Leopoldina. Quem é do Jaguará, como a Favela da Razzo, que precisa de um destino, precisa morar no Jaguará. E na Leopoldina temos 1.200 famílias que precisam dessa ZEIS. E uma ZEIS moderna, com equipamentos públicos que não conseguem local para alugar. Não conseguimos, por exemplo, lugar para um albergue feminino na Leopoldina.

Sei que a questão aqui é meio ambiente, mas a área da Garagem da CMTC precisa de uma solução que leve a Leopoldina para frente, respeitando o meio ambiente em que foi construída.

Muito obrigada.

– Assume a presidência Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Rita Beatriz.

A SRA. RITA BEATRIZ – Boa noite a todos, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, inicialmente, eu não pretendia falar hoje, mas não tenho como não me manifestar contra a proposta de utilização de áreas verdes e áreas ambientalmente protegidas para utilização na implantação de equipamentos públicos.

Trabalho nessa área de implantação de equipamentos públicos desde os anos 80. E trabalho há muito tempo nas periferias urbanas da região metropolitana e da Cidade de São Paulo. Então sei que essas áreas remanescentes, que não foram ainda ocupadas, são áreas adensadas por vegetação e são APPs. Todas as áreas disponíveis municipais já foram ocupadas, menos as que estão ocupadas por maciços arbóreos e que são APPs.

Então isso não vai resolver a questão dos equipamentos públicos. Além disso, não se constrói todo esse déficit que existe de creches, UBSs, escolas, nesse curto período que temos, principalmente até as eleições. É um déficit de décadas e não é agora que esses equipamentos serão construídos, com essa rapidez que se pretende.

Quero também que a prefeitura foque esforços na proteção e delimitação da terra indígena Jaraguá. Sei que os índios não puderam aguardar porque moram longe e a região deles não é servida por ônibus à noite. Tentamos construir uma escola pública lá há muito tempo, não conseguimos porque as áreas indígenas estão sendo invadidas por grileiros. Isso está sendo discutido judicialmente, inclusive, uma pessoa da Funai se manifestou. E parece que finalmente essas terras estão demarcadas desde o final do ano passado.

E espero que a Prefeitura demarque essa área indígena também no novo plano diretor, garantindo o direito desses indígenas que hoje não tem os direitos mínimos. Não tem direito à escola pública e estão em uma situação de desatendimento muito grave. E deveriam protestar veementemente aqui, como muitos outros protestaram, mas os índios são mais

pacíficos.

Por último, quero me manifestar pela imediata oficialização e abertura do Parque Augusta. É um absurdo que isso ainda não tenha sido feito pela atual gestão. O Prefeito Haddad me decepcionou muito e a muitos outros colegas que militam por essa causa e pelo verde na Cidade de São Paulo. É a última área verde permeável no centro da Cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Poliane Manfri, do Movimento Cine Belas Artes.

A SRA. POLIANE MANFRI – Boa noite a todos e a todas que ainda estão presentes. Vou iniciar minha fala solicitando mais audiências, para que possamos tratar da Cultura. Há questões específicas, necessárias, estamos aqui com companheiros apoiadores da causa, para que esse assunto mereça a máxima atenção.

Gostaria de lembrar três propostas que o Movimento Cine Belas Artes apoia e, além disso, participou também no plano diretor estratégico. Inclusive, duas delas são mecanismos inovadores: a ZEPEC, na modalidade APC, Área de Proteção Cultural, e o TICP, Território de Interesse de Cultura da Paisagem. Em breve, eles serão sancionados pelo Prefeito Haddad e esperamos que a lei de zoneamento contemple as salvaguardas necessárias para esses equipamentos.

Em relação a ZEPEC e APC, essa modalidade é inovadora no sentido de que vai garantir o uso cultural de equipamentos que não possuem relevância arquitetônica. E sim a função social que exercem na Cidade.

Quanto ao Território de Interesse da Cultura e da Paisagem já temos dois perímetros aprovados no plano diretor estratégico, inclusive, o Mário já citou aqui, que é o Perus e também o Luz Paulista que tem 22 equipamentos – teatros – sob-risco, ameaçados de fechar. Essa preservação é necessária e essa proteção dentro da lei de zoneamento.

Terceiro, trata dos eixos de adensamento. Nossa proposta é para que 10% dessa

área, do empreendimento total, fique salvaguardada para os espaços culturais. No plano diretor estratégico entramos com uma emenda, mas não foi incluída na minuta final. Então acreditamos que na lei de zoneamento seja muito importante que esses eixos de transformação urbana sejam contemplados pela presença cultural.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Arbex.

O SR. PAULO ARBEX – Sou morador da região do Caxingui e também estou defendendo o Parque Linear do Caxingui. O que mais ouvi hoje, nesta audiência pública, foi defesa de córrego, de parque, de árvore e não consigo entender, com tanta área degradada, com tanto terreno em São Paulo a Prefeitura precisar detonar um parque, cortar árvore, fazer uma rua no meio de uma praça para dar habitação popular.

Como disseram alguns colegas aqui, isso é um absurdo e uma coisa não exclui a outra. Há muita coisa nisso aí que é meio requentada. Ouvi outro representante – não sei se foi o Olavo –, mas há 12 anos tivemos o mesmo caso, na mesma área, Praça Dra. Eva Covansk, um empresário do setor imobiliário tentou em conluio com o Prefeito à época – acho que era o Maluf –, chegou uma denúncia anônima e nos mobilizamos. Fomos até a TV Bandeirante, ao Ministério Público, foi para a Justiça e conseguiu barrar. Ele queria simplesmente arrebentar a praça no meio, fazer uma rua para ligar os dois bairros, vender o imóvel dele, não com um bairro do lado de lá da praça, mas com um do lado de cá, arborizado, do lado de área verde que valorizava. Vi alguns representantes virem aqui e falar: “Ah, não tem o que fazer, o sistema político é viciado e não tem como...”. Eu acho que não, acho que tem alguns bons políticos no meio e precisamos começar a participar mais. Conseguimos isso no nosso bairro.

Garanto o seguinte: se a gente fuçar, olhar direitinho, ler cada contrato, veja só, pegar um empresário desses que queira detonar o seu bairro, seu parque, sua área verde, é só ficar em cima. Por exemplo, fazer o que fizeram com o Sérgio Cabral: acampa na porta do Prefeito em questão até mudar esse negócio. Precisa revisar cada contrato, cada documento.

Quero ver qual empresário que vai ter peito de construir um imóvel sobre disputa judicial. Mesmo que ele consiga, quero ver qual vai ser o comprador, qual vai ser o valor de mercado do apartamento ou de qualquer que seja o fruto da especulação imobiliária, seja até de um imóvel que esteja com litígio ambiental com a sociedade civil movendo uma ação contra.

Acho que tem bastante coisa para fazermos. Já fizemos no nosso bairro. Eu já fiz no nosso setor de atividade e funcionou.

Essa coisa dos códigos, na contramão da história, acabamos de aprovar um código florestal com cem metros de proteção de cada lado dos rios. E, aqui em São Paulo, queremos construir em cima dos rios condomínio, área social, com essa conversinha, agora, de que é habitação social. Tem muita área para fazer habitação social. Tem de ter habitação social, sim, mas não é em cima de parque.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, depois continuamos a discussão, ao término da sessão. Muito obrigado, viu Doutor? Próximo orador é o Sr. Edson Domingues, Movimento Contra o Lixão de Vila Jaguara.

O SR. EDSON DOMINGUES – Boa noite. Quero, primeiramente, Sr. Presidente, Sr. Relator e Sr. Secretário, pontualmente, no PL 272/2015, que seja contemplado o parque da Fazenda da Juta, localizado na Rua André Tevê. É uma reivindicação antiga da comunidade. A área pertencente ao CDHU e pode virar um condomínio a qualquer momento. Há um movimento pela preservação da Mata Atlântica remanescente.

Segundo, consignar nosso apoio na transformação de ZEI 5 para Parque Linear do Caxingui. O pessoal, aqui, já externou bastante.

E de ZEIs 4 para ZEPAM a área do Parque dos Búfalos, bastante explorada aqui também.

Lembrar os companheiros da Vila Romana que não estiveram presentes na noite de hoje, mas que também trabalham para o tombamento, de que há um pedido no Conselho de

Preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental da Cidade de São Paulo justamente para o tombamento da mancha no entorno da igreja da Vila Romana.

Consignar também nosso apoio, já há lei aprovada nessa Casa, do Parque Augusta.

E, por último, senhores, e Sr. Relator Paulo Frange – que, aliás, esteve em inúmeras lutas na região de Perus e Vila Leopoldina – para o encerramento da atividade do aterro Bandeirantes e do encerramento das atividades da estação de compostagem da Vila Leopoldina - afinal, ambos causavam problemas sérios da ordem da saúde ambiental - que a área referida – estação de transbordo da Vila Jaguara, hoje industrial – seja colocada numa zona mista. Não é objeto dessa audiência pública, mas não poderia deixar de lembrar, com a presença do Secretário aqui, dentro do perímetro do Arco do Futuro se propor um equipamento que vai operar com 1500 toneladas de resíduos sólidos domiciliares por dia. O Conpresp aprovou na última terça-feira o restauro do casarão do Anastácio e 14 torres ao lado dessa estação projetada pela concessionária Loga. Quero lembrar esse episódio porque há uma luta para ter ZEIS, para ter zona mista e eu quero lembrar que não há necessidade. Chega dessa história de São Paulo e tivemos o caso mais recente da USP Leste, que trouxe um transtorno para toda a comunidade acadêmica na região de Ermelino Matarazzo de colocar pobres para morarem em cima de áreas contaminadas. É o caso típico da área remanescente da garagem da CMTC. O professor Adalto, que foi meu professor de sociologia na Vila Jaguara colocou muito bem aqui que há possibilidade de descontaminação.

O SR. (não identificado) – Não é verdade, Sr. Presidente, a área precisa ser descontaminada, está em fase livre a contaminação. É impossível fazer ZEI nesta área. Então, que lá seja um equipamento social da Vila Leopoldina. Obrigado.

O SR. (não identificado) – Acho que a Malu já foi embora da SOS, mas, enfim, quero entrar num assunto que foi trazido na apresentação e a Malu enfatizou, que é a questão das enchentes. Lembro à população atingida pelas enchentes de que existem causas além da

impermeabilização do solo ou da hiperimpermeabilização do solo metropolitano e da capital. Temos de considerar o conjunto de barragens que temos no Tietê e no Pinheiros, que está para atender uma hidrelétrica na beira da Serra do Mar e também para ser a fossa aberta da Companhia Estadual de Saneamento Básico. Então, são essas algumas das causas das enchentes e dessa população atingida pelas enchentes. Sei que várias pessoas falaram sobre a questão da crise climática, atmosférica, sanitária, ambiental, hídrica, mas elas não se encerram só nesse contexto, elas também afetam a economia gerando desemprego ou não geração de emprego, afeta a questão da segurança alimentar e também das receitas públicas, na arrecadação tanto da Prefeitura, quanto de Estado e Governo Federal.

Estou colocando tudo isso porque entendo que temos de trabalhar por cada pedaço de área que ainda pode se tornar ZEPAM. Essa é abordagem, esse é o enfoque. Entendo que as ZEPAMs que já estão apresentadas e apontadas não estão suficientes e que é necessário exigir para agora que novas e outras ZEPAMs estejam sendo trazidas e aprovadas. Temos visto que a questão do clima está fazendo com a inflação, com governos porque tem governo perdendo em popularidade por causa da crise climática, não é só por causa da corrupção não e finalizando tudo isso diz respeito à segurança.

Tenho visto, participando de algumas audiências, ou então, até de reuniões ordinárias de meio ambiente que o empreendedor fala muito em segurança jurídica. O que há pouco foi dito, mas eu nunca os vi falarem em segurança hidroclimática, como se a roda da economia só dependesse da questão jurídica para acontecer, e não dependesse também dos elementos e dos insumos naturais. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra Henny Freitas.

A SRA. HENNY FREITAS - Boa noite a todos. Estivemos recentemente com o Prefeito Fernando Haddad, discutindo questões do Parque Augusta e ouvindo da boca de S.Exa. que o Plano Diretor de São Paulo é o melhor plano diretor do Brasil e um dos melhores do mundo. Questionei onde estava o plano de arborização da cidade dentro do Plano Diretor e

ele disse que ainda não tinha um plano, mas que estava em andamento e até hoje, faz um ano e meio que voltei a morar em São Paulo, não vi nada a respeito de plano de arborização em São Paulo. Quero reforçar que, além de não existir um plano de arborização em São Paulo, toda a árvore que se planta na Cidade de São Paulo é proveniente de compensação ambiental, causada pelo setor imobiliário, ou seja, eles plantam prédios nos lugares, tiram as árvores que nasceram nesses lugares e nós cidadãos plantamos as árvores no lugar deles. É um pouco estranha essa estratégia, mas é assim que está funcionando. Toda árvore do viveiro Manequinho do Ibirapuera é tudo proveniente de compensação ambiental.

Chega a Rede Novos Parques justamente para significar essas áreas porque se você fala, vamos criar parques em São Paulo, esses parques já existem. Se a gente for criar um parque vão demorar centenas de anos para existir, contando com o fator humano de plantar árvores, regar e cuidar daquele espaço. Temos áreas abundantes de verdes em São Paulo. Elas só precisam ser legitimadas pelo poder público porque elas já são usadas pela população. No Plano Diretor de São Paulo existem 99 parques. A Rede Novos Parques já mapeou mais de cinquenta parques que são parques pela população e que já estão sendo usados pela população como parques e que ainda não foram legitimados pelo Plano Diretor.

Então, estamos aqui querendo essa reivindicação de que toda a área verde em São Paulo, pública ou privada, faça parte dessa nova lei de zoneamento que a gente lançou aqui hoje, mas que já protocolamos nas audiências públicas do Plano Diretor de 2014. Foram mais de cinquenta protocolos que a gente fez e não escutamos nenhuma vírgula em nenhum momento em nenhuma audiência em nenhum lugar em nenhuma devolutiva do Plano Diretor.

Eu questiono o que estamos fazendo nesse espaço? É só falando, um bocejando, outro mexendo no celular, são 22 horas e estamos aqui porque queremos defender o verde, mas para aonde vai toda essa informação? A gente falou novamente hoje, três pessoas comigo agora, estamos falando dessa lei de zoneamento chamada zero. Estamos começando essa lei de iniciativa popular, mas também contando com a simpatia de Vereadores que queiram

transformar isso já num projeto de lei porque a gente não pode eliminar mais nenhum tipo de árvore em São Paulo, nenhum tipo de vida. Vou encerrar falando que moro no bairro do Jaçanã, que é nome de um pássaro que não existe mais no bairro, como não existem mais Palmeiras na rua das Palmeiras, não existem mais girassóis na Rua do Girassol, como não existe mais verde em São Paulo e o pouco que existe a gente precisa preservar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Romildo Campello, Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

O SR. ROMILDO CAMPELLO – Boa noite a todos. Com todas as dificuldades de uma audiência pública ela é fundamental que aconteça. Tem uma função pedagógica da democracia, do exercício de ouvir. Muitas vezes a gente não consegue ouvir e acaba falando fora da hora, gritando fora da hora, mas é fundamental esse momento de ouvir e esse momento de a gente aprender a participar da Cidade, a influir e construir a Cidade que se vive que se quer e transformá-la na Cidade que se sonha.

Quero cumprimentar os Vereadores Gilson Barreto, Paulo Frange, Dalton Silvano, que estão aqui desde o início, a noite toda. Cumprimento o Secretário Fernando Mello, representando a Prefeitura, e digo em poucas palavras que é uma alegria ouvir os gritos pelos parques. Sou do tempo do movimento ambiental que a gente falava em parque e era ridicularizado, se falava em meio ambiente e poucas pessoas nos ouviam. Gritar por parque por mais indisciplinado acho que o aperfeiçoamento do processo mas é fundamental que se grite por parque, é fundamental que se grite pelo verde. Mas é fundamental que façamos a construção desses parques, primeiro percebendo que São Paulo saiu de 32 para 106 parques e que estão previstos mais 167 parques para a cidade de São Paulo. Então, todas as áreas precisam ser viabilizadas; e o mecanismos para a viabilização dessas áreas talvez sejam o nosso maior desafio neste momento. A importância dos parques está clara, o registro dos parques no Plano Diretor está claro; agora, como viabilizá-los é o desafio deste momento, é o desafio que se coloca. O Plano Municipal de Mata Atlântica é, sem dúvida nenhuma, um dos

mecanismos para isso, um dos instrumentos em que a Prefeitura e toda a sua equipe técnica trabalham. Aliás, quero cumprimentar os colegas da Secretaria do Verde que estão aqui até agora participando seja como funcionários, seja como membros de movimentos sociais.

Nossa preocupação são esses mecanismos, o Plano Municipal de Mata Atlântica, do qual sairá, junto com o trabalho de arborização que está sendo feito na Cidade, o Plano Municipal de Arborização. Isso está sendo trabalhado. Em vários momentos, foram colocadas questões pontuais. Acho absolutamente natural cada um falar do parque mais próximo de sua casa, de sua realidade, de onde dói, porque a dor que dói é a dor que a gente sente. Em alguns momentos, a gente precisa ter essa perspectiva; em outros, pensar em um mecanismo geral da Cidade para a criação desses parques.

O Fernando Beltrame falou, e eu registrei com muito cuidado...

– Manifestações no recinto

O SR. ROMILDO DE PINHO CAMPELLO – Eu converso com você em particular.

Eu converso com você o tempo que precisar, mas vamos respeitar o processo aqui, a maneira de a audiência acontecer. Eu atendo você pelo tempo que você quiser, mas vamos respeitar os colegas. Aqui não precisa berrar. Você está sendo ouvido, você foi ouvido, eu vou te ouvir pelo tempo que você quiser. Eu te ouço, não há problema, só vamos respeitar o processo democrático de participação, que não se faz gritando. Você está sendo ouvido. A gente grita quando ninguém quer nos ouvir, e nós queremos te ouvir. Nós te ouvimos e quero te ouvir depois com todo o detalhe sobre o Parque dos Búfalos, sem problema nenhum. Fique tranquilo. Só para respeitar os colegas que estão aqui, os senhores e as senhoras que estão com outros assuntos aqui.

Eu falava sobre o Fernando. Hoje já existem leis que permitem a construção em áreas verdes. Não se está inventando isso no Plano Diretor. Quando, na fala do Fernando Beltrame, quando ele coloca que é preciso haver critérios para ocupação dessas áreas, para que haja rigor nessa ocupação. Acho que esse é o ponto sobre o qual a gente tem que se

debruçar: quais são esses critérios? Como isso se estabelece? Como tem que ser esse regramento. Além disso, garantir, a expansão das áreas verdes. Essa é a nossa lição de casa na Secretaria do Verde. Eu ouvi atentamente, a noite toda, todas as declarações que foram feitas, e vamos nos debruçar, seja nos casos particulares dos parques e da questão do transbordo na região do Jaguará – onde teremos, no dia 13, quinta-feira, uma reunião do Cades, momento em que esse assunto será tratado. Isso foi colocado no Prefeitura no Bairro, e estaremos lá no dia 13 –, seja nos demais mecanismos.

Encerro aqui. Cumprimento todos por esta audiência pública e por esta etapa que estamos cumprindo, que não é a última, mas uma das etapas dessa construção e da atualização da lei. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

– Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Um momento, um momento. Não vamos estragar no final.

– Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor, por favor. No final, todo mundo será ouvido. Vou ouvir a mensagem do Dr. Fernando de Mello Franco, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Por favor.

– Manifestações no recinto.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Primeiramente, vou passar a palavra para o Daniel.

– Manifestações no recinto.

O SR. DANIEL – Presidente, acho que esta foi a audiência mais longa que a gente teve em número de falas. Parece-me que várias questões que foram trazidas são muito pertinentes. Em relação ao PL 272, reiteramos em vários momentos e acho importante colocar

que ele é resultado de um pacto, de uma discussão que enfrentou os conflitos que estão colocados hoje.

A gente enfrentou, na construção desse pacto, conflito entre ZEPAM e ZEIS. Por exemplo, toda solicitação de ampliação de ZEIS e ZEPAM não foi acolhida. Fizemos uma retificação em M'Boi Mirim e Parelheiros, de um perímetro de ZEPAM. Não permitimos HIS em ZEPAM nem ZPDS. Vocês vão ver lá no quadro 4 que isso está sendo colocado. Todas as demarcações de ZEPAM foram mantidas na proposta. Tivemos o instrumento da cota ambiental, que veio na verdade como uma camada nova e responde por um conjunto de questões de qualificação ambiental.

Então, a proposta é resultado de um pacto. Se esse pacto precisa ser aprimorado, façamos a discussão. Acho que temos entidades aqui que têm o conhecimento. Acho que, no manifesto que foi apresentado aqui, todas as questões apontadas são muito pertinentes. Quero fazer só alguns comentários para esclarecermos algumas coisas. Acho que a audiência pública tem essa função de esclarecimento.

Em primeiro lugar, convivência da proposta com legislação de outra instância – estadual ou federal. O Código Florestal deve ser atendido independentemente de como está essa proposta. Ou seja, no diálogo que fizemos com nossas equipes jurídicas, na boa redação jurídica temos que evitar as redundâncias. Então, você dizer que tem que ser obedecida uma lei federal é redundância e, do ponto de vista jurídico, não há necessidade de ser dito. O Código Florestal deve ser obedecido, sim, convivendo com a proposta que está aqui colocada. Se você tem uma zona mista e tem a incidência de um regramento do Código Florestal, ele incide e convive com a zona mista, e assim por diante.

Convivência do regramento do que está colocado aqui com Lei da Billings, por exemplo. Sugiro consultarem o artigo 28, parágrafo 1º, que a gente vai ter dispositivos que apontam para a superveniência do regramento mais restritivo; e também o artigo 38, inciso I, o artigo 40, o artigo 57 e o quadro III nota “a”. É importante a gente se debruçar sobre essa

proposta. Essas questões que estou colocando apontam para a prevalência justamente do que houver em termos de regramento mais restritivo. Então, se a Lei dos Mananciais colocar algo mais restritivo, vamos obedecê-la. Agora, se a nossa proposta trouxe coisas mais restritivas – e trouxe em alguns casos –, que valha os dispositivos aqui apontados.

Acho pertinente mencionar a demarcação de terra indígena. Quero lembrá-los que na primeira minuta que foi a público, a terra indígena perto da Anhanguera estava como ZPDS. Até em função da ação da Funai houve a necessidade de se reconhecer aquela terra indígena, que foi demarcada como ZEPAM justamente por ser a zona mais pertinente para acolher aquela área.

Pelo avançado da hora, acho que não dá para aprofundar nenhuma questão específica. Da nossa parte, Secretaria, estamos abertos ao diálogo. Quem nos procurou para dialogar, a gente atendeu. Estamos abertos a isso, temos um bom diálogo também com a relatoria. De nossa parte, o que puder ser aprimorado desse pacto será importante. Obrigado e boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Dr. Fernando, por favor.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Boa noite a todos e a todas. Brevemente, quero realçar uma questão que o Daniel colocou. O processo de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo ainda é um processo em aberto. Do ponto do Executivo, após enviarmos o texto do projeto de lei para a Câmara Municipal, nós continuamos inseridos no debate, continuamos inclusive recepcionando propostas e propositores ao diálogo. Inclusive, recebemos várias pessoas que estavam aqui, na audiência pública... Ou ainda vamos recebê-las. Estamos, nessa recepção, devidamente articulados com a relatoria da Câmara, trocando informações a respeito dessas manifestações legítimas que estão chegando ao Poder Público – seja Legislativo, seja Executivo – visando tão somente aprimorar o que for necessário aprimorar nesse projeto de lei e tentar incorporar o máximo possível àquilo que é pertinente a uma lei de zoneamento, porque algumas das coisas que foram colocadas aqui

infelizmente não são pertinentes a essa lei, mas a outros instrumentos, a outras peças jurídicas. Nosso desejo é tentar incorporar ao máximo aquilo que tenha coerência e viabilidade. É esse o esforço que vimos conduzindo e que continuaremos a conduzir até que o processo de fato se encerre, e o encerramento será justamente a apreciação em Plenário do texto substitutivo pela Câmara Municipal no seu devido tempo. Boa noite e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Secretário. Dr. Paulo Frange, relator, para as considerações finais.

O SR. PAULO FRANGE – Quero agradecer a presença da Secretaria do Verde mais uma vez, acompanhando o trabalho que iniciou, e fazer um comentário em relação à fala do Vereador Nabil Bonduki, Secretário de Cultura.

O Vereador Nabil Bonduki não foi especificamente convidado para estar aqui fisicamente. A Comissão não entendeu como necessário, uma vez que o assunto tratado aqui era outra matéria. Tenho certeza absoluta de que, se convidado fosse, estaria aqui e chegaria antes do horário, como sempre disciplinado e coerente. É uma das pessoas por cujo trabalho na Câmara Municipal – e também pelo seu trabalho no Executivo – temos o maior respeito e carinho.

Com relação ao assunto em pauta, quero apenas dizer que estamos trabalhando com os Vereadores da Comissão, mas não estamos dissociados da origem deste projeto, tanto que nossa relação com o Executivo continua em aberto e muito próxima, para que possamos contribuir para melhorar.

Um assunto que foi levantado na Freguesia do Ó no sábado, Leandro, você trouxe hoje com muita clareza – pertinente e bastante interessante: o polígono de proteção da Freguesia do Ó. Temos um carinho especialíssimo pelos 435 anos que aquilo representa. Eu conheci aquilo há quarenta anos, lá eu tomei meu primeiro chope em São Paulo. Então, não vamos deixar de nos aprofundar nesse assunto. Você tem razão. Há lá, Secretário, inclusive, algumas situações de temor da população em relação à ZMp que eventualmente pudesse

ultrapassar o limite da área de proteção do verde. Entendo que é pertinente, estamos aprofundando esse assunto. Vou te chamar depois para mostrar. Com certeza, vamos achar um caminho para que isso não aconteça.

Outra situação é a que envolve o tombamento, que me interessa em levar adiante e que já começamos a discutir, é exatamente a vila residencial da Ministro Rocha Azevedo. É realmente uma vila bastante interessante. Já foi interessante, hoje está completamente descaracterizada. É uma obra única de um arquiteto em São Paulo nesse estilo, e até agora não encontramos o valor histórico dela. Estamos procurando por isso e vamos tentar entender melhor. Estamos aguardando uma manifestação do Conpresp, que espero seja breve.

Com relação à questão daquela senhora de Pinheiros, sobre a Vila Jataí, no Alto de Pinheiros, no caso de proteção daquela área teria que ser uma ZEPEC APP, porque é uma área que fica num morro, em uma altura onde há nascentes etc. Seria um tombamento nesse sentido. Não temos ainda informação sobre esse assunto, mas vamos tratar dele.

Outra situação colocada aqui, que também preocupa e já esteve no Plano Diretor de 2002, na Lei de Zoneamento de 2004 e no Plano Diretor Estratégico é a taxa de ocupação do solo em clubes sociais da Cidade – clube urbano e clube rural. É uma diferença muito pequena que eles pedem. Os clubes hoje têm uma exigência um pouco maior até mesmo de ocupação de espaço em função das características. Mudou bastante a configuração da atividade do clube social na Cidade. Esse assunto nós vamos tratar, vamos ouvir todos os clubes, eles são muito organizados. Esse assunto será tratado, com cuidado, e discutido com a Secretaria.

Com relação a essas discussões que envolvem o verde e a área habitacional, podem ter certeza absoluta que encontraremos um ponto de equilíbrio. Não tem de ter ganhador, nem perdedor nesse processo. Quem tem de ganhar é a Cidade.

E, como disse muito bem o Daniel, nós acompanhamos o processo desde o início e, em nenhum momento, foi tirado ZEPAM e colocado ZEIs em cima, ou mudado o

zoneamento de áreas para áreas ZEPAMs.

Para você, Marília, sua denúncia é muito grave e me preocupa muito. Alguns, de uma forma até ingênua, dizem o seguinte: “Vamos votar esse projeto esse ano? Por que não vamos discuti-lo mais um ano, um ano e meio?”. Se demormos mais tempo, não vamos ter mais nada para fazer. É que existe um direito do protocolo. As pessoas continuam protocolando tudo e quando aprovarmos a Lei de Zoneamento não tem mais nada para fazer.

Portanto, se formos esperar mais um ano, mais um ano e meio, não tem. Não podemos ser insanos e correr esse risco porque o pessoal sabe fazer as coisas e a lei os garante esse direito. O direito de protocolo não temos como ultrapassar.

Assim, estamos falando...

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Estou com a palavra agora.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Jovem, por favor.

O SR. PAULO FRANGE – Estamos, aqui, falando exatamente o que aconteceu na primeira audiência pública: esse projeto não foi feito em alguns dias. Esse projeto é o extrato de um grupo de pessoas que trabalha na Secretaria. E, inclusive, tem pessoas que trabalharam no plano do Jânio Quadros, na década de 80. Então, repito, é o extrato de trinta ou quarenta anos de técnicos, sendo um grupo compacto, seletivo e de alta qualidade. Não podemos imaginar que isso foi feito em dois dias.

E nós acreditamos que com 46 audiências públicas e mais algumas que também vamos propor, vamos conseguir conduzir isso e chegar a um ponto comum. Não é possível que, com tantas pessoas pensando juntas, nós vamos estar totalmente dissociados ao final.

No mais, quero depois, Marília, receber de você, deve ter protocolado, e como somos agente público, dentro de uma Casa como essa, e recebendo uma denúncia dessa, nós vamos tomar uma medida, aqui, da Casa. Levarei isso à Presidência para que seja um ato da Câmara, e não de um Vereador, nem da Marília, nem só do Secretário Fernando. Para que

seja um ato da Casa no sentido de acionar as forças de segurança que protegem o nosso verde. (Palmas)

Temos polícia, tem Guarda Civil do Meio Ambiente, tem Polícia Florestal, tem Polícia Civil. Temos de chamar para todos para que possam receber tudo isso, levar adiante e resolver, ou, pelo menos, minimizar esse tipo de crueldade que acontece com nosso verde.

Podem esperar que trabalharemos isso com tranquilidade. Não temos pressa. Temos de terminar no tempo. Mas vamos trabalhar o máximo possível. Não tem problema que seja sábado, domingo. Não há problema com relação a isso. Preguiça não faz parte do nosso vocabulário.

Obrigado, Sr. Secretário, por estar conosco até essa hora. Obrigado a todos vocês que tiveram a tranquilidade de permanecerem conosco até essa hora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Dia 13, próxima audiência pública, quinta-feira, na região da Mooca, na rua Madre de Deus, 222, na sede da Associação Comercial de São Paulo, Distrital Mooca. Estão todos convidados.

Depois se alguém quiser conversar não tem problema não. Estamos aqui para conversar com todos. A Maria Alice é tradutora de libras. Ouvimos 65 pessoas, mais os Vereadores e os Secretários, além de diretores.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada essa 13ª audiência pública da revisão do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

– Manifestação na galeria.